

BOLETIM CLASSISTA

Nº 25 – JULHO DE 2020
Contribuição Solidária R\$ 2,00

CRESCER, SEM PARAR, A LUTA CONTRA BOLSONARO



Pelo terceiro final de semana seguido, em junho, manifestantes ocuparam as ruas em diversas partes do país em manifestações antirracistas, antifascistas e pelo Fora Bolsonaro. Atos foram chamados por diversos grupos e buscaram manter o distanciamento necessário e o uso de máscaras, respeitando as orientações dos órgãos de saúde. Em Brasília, na manhã do sábado 13 houve carreta na Esplanada dos Ministérios. Com faixas, adesivos e bandeiras, manifestantes pediram a saída do presidente Bolsonaro e cobraram o fim do racismo e a defesa da democracia e dos direitos. Um boneco inflável, com a imagem do presidente com sangue e armas, foi armado na Biblioteca Nacional para simbolizar as atrocidades do governo. Em Manaus (AM) também houve protesto no sábado, com passeata no centro histórico.

"Fora Bolsonaro. A sua gripezinha já matou 40 mil" trazia inscrita uma enorme faixa que tomou a Avenida Paulista, em São Paulo, na tarde do domingo 14. A manifestação na capital paulista reuniu centenas de manifestantes, entre torcedores antifascistas de vários times de futebol, movimentos sociais, de luta contra as opressões, partidos políticos de esquerda e juventude. O ato em São Paulo foi marcado também por uma cena que representa a unidade na luta pelas liberdades democráticas: a chegada de torcedores antifascistas palmeirenses foi aplaudida por corintianos, santistas e outros que já se encontravam na concentração no Vão do Masp. Porto Alegre e Fortaleza também foram palco de protestos pelo fim do governo Bolsonaro, contra o racismo e em defesa da democracia.

Essas manifestações, bem como outras formas de protesto, são fundamentais para expressar a oposição ao governo Bolsonaro em um momento que impõe o distanciamento e isolamento social. Os apoiadores de protagonizaram novos atos de caráter antidemocrático, reivindicando o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), insultando ministros do Judiciário e parlamentares, além do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha. Após a Polícia Militar desmontar o acampamento do grupo denominado "300", que estava na Esplanada dos Ministérios e havia suspeitas de contar com

pessoas armadas, apoiadores bolsonaristas tentaram invadir o Congresso Nacional. Na noite do mesmo dia, realizaram ato em frente ao STF atirando fogos de artifício em direção ao prédio. No domingo, realizaram novo protesto, mesmo com a Esplanada fechada e os atos proibidos pelo governo distrital, sob a alegação de ameaça à saúde e ao patrimônio público.

O ex ministro da Educação, Abraham Weintraub participou da manifestação pró-Bolsonaro. Sem máscara, o responsável pelo MEC cumprimentou diversas pessoas que estavam aglomeradas. Ele discursou para um grupo em frente ao Ministério da Agricultura. Sua fala foi divulgada em redes sociais. Além de trechos que remetem a insultos já proferidos aos ministros do STF, Weintraub voltou a atacar os cursos de Ciências Humanas: "Eu, como brasileiro, eu quero ter mais médico, mais enfermeiro, mais engenheiro, mais dentista. Eu não quero mais sociológico, antropólogo, não quero mais filósofo com o meu dinheiro". Weintraub foi multado em R\$ 2 mil, pelo governo do Distrito Federal, por desrespeitar o decreto que proíbe aglomerações e a circulação em locais públicos sem o uso de máscara. Na segunda-feira 15 de junho, Sara Giromini, conhecida como Sara Winter, e mais cinco integrantes de seu movimento bolsonarista foram detidos em investigação de atos antidemocráticos.

Depois de meses de manifestos restritos ao ambiente virtual, a revolta, catalisada pelas lutas antirracistas, pelas torcidas organizadas antifascistas de São Paulo e apoiada pelos movimentos sociais, voltou às ruas em manifestações pedindo o Fora Bolsonaro e Mourão. E o governo sente a pressão diante do inquérito das Fake News, julgamento no TSE que pede a cassação da chapa e a prisão do miliciano Queiroz, amigo e aliado da família Bolsonaro, preso em um sítio de propriedade do advogado do presidente. Existem diversas pontas soltas, que parecem levar à morte de outro ex-amigo ligado às milícias, o comandante Adriano e, portanto, com potencial de responder a pergunta que assola o país há bem mais de 800 dias: quem mandou matar Marielle Franco e Anderson Gomes?

O Brasil atingiu uma marca triste: mais de 50 mil mortos pela pandemia de Covid-19 e mais de um milhão de pessoas

infectadas. São milhares de famílias que agora choram a partida de algum ente querido.

A queda de Weintraub, o sujeito que à frente do MEC patrocinou o mais violento ataque à autonomia universitária, além de estabelecer uma agenda ideologicamente hiperbolizada com foco no ataque aos docentes, técnicos e alunos, saigifica a queda do ministro que nos acusava de balbúrdia e quwe agora será lembrado por sua gestão desastrosa. Tudo indica que um novo ministro reacionário e privatista possa assumir o comando do MEC. Antes de largar o cargo, Weintraub ainda deixou mais uma marca, a portaria 545, que revoga a portaria normativa do MEC número 13, de

2016, que trata da política de incentivo à políticas de acesso de negras e negros, povos originários e pessoas com deficiência à pós-graduação das nossas universidades, institutos federais e Cefet.

A decisão, racista, dialoga com a extrema-direita, mas também com a história do nosso país marcada pelo racismo, desigualdade social e violência estatal. Assim, assistimos mais e mais casos de ações policiais violentas contra a população negra, tanto na esfera federal quanto estadual, como revela o mais novo caso de violência policial em São Paulo com a morte de Guilherme, de 15 anos.

(Com extratos do Informandes)

BRASIL, A PRÓXIMA PARADA

Os golpes recebidos pelo governo Bolsonaro desencadearam uma transição política. As crises políticas não devem ser entendidas como uma espécie de vazio de poder, mas como a irrupção de uma outra etapa política, como uma transição, cujo resultado é condicionado, pelo menos em última instância, pelo desempenho das classes em presença. Olavo de Carvalho anunciou em termos muito violentos sua ruptura com Bolsonaro. Olavo, que seria a ala fascista do governo, denunciou a inconsistência e até a "covardia" de Bolsonaro para enfrentar os poderes judiciário e parlamentar do Brasil, e para desenvolver milícias para combater não só o comunismo, mas também as orientações de gênero e os movimentos antirracistas.

Em um gabinete repleto de militares, os insultos de Olavo constituem um ataque direcionado ao comando das Forças Armadas, e tenta dar voz às fileiras inferiores das Forças Armadas e da polícia. O Supremo Tribunal Federal tornou-se uma cabeça da agitação política contra Bolsonaro, o que permite entender por que o Ministro da Educação os descreveu, em reunião de gabinete, tornada pública, como "vagabundos que deveriam estar na prisão". No Parlamento, Bolsonaro está se mobilizando para comprar o bloco conhecido como 'Centrão', com a má sorte de que aqueles que foram nomeados para cargos públicos muito importantes em termos de dinheiro tiveram que ser demitidos em poucas horas, devido aos antecedentes que têm nos tribunais.



Não é por acaso, então, que Bolsonaro perdeu o apoio do Trump. Em uma semana, de uma só vez, Trump baniu os turistas e viajantes do Brasil e imediatamente condenou a política de Bolsonaro sobre a pandemia, não percebendo que o brasileiro a havia copiado do americano. A crise que Trump teve com seus ministros militares e o alto comando pôs um fim voz às intenções golpistas de Bolsonaro. Olavo de Carvalho, de seu posto nos EUA, pode observar de perto como o bolsonarismo está sendo pulverizado nos EUA, devido ao cerco de uma rebelião popular.

A rebelião popular, para aqueles que querem vê-la, está se expandindo *urbi et orbi*. Diante de tanta conversa mole sobre a "subjetividade" e a "consciência" das massas, é muito instrutivo que, na Grã-Bretanha, estátuas de comerciantes de escravos e "filantropos" do século XVIII estejam sendo derrubadas, assim como a do pai espiritual de Boris Johnson, Winston Churchill, o colonialista por excelência. Isto também é o que está acontecendo no Brasil, apesar das limitações de uma quarentena que enfrenta um rápido desenvolvimento da pandemia. A questão da brutalidade policial contra os negros é mais forte do que nos EUA - principalmente porque os descendentes de escravos, no Brasil, são a maioria da população, e a escravidão tem sido três vezes maior em número. O Brasil está vivendo sob a tensão de uma rebelião iminente.

Perante a crise, a conclusão de FHC, Ciro Gomes e Rodrigo Maia é a mesma: não é aconselhável jogar Bolsonaro fora, por enquanto. Um deles marca a data para tirá-lo em agosto, quando presume o refluxo da pandemia, uma tese que não foi verificada nos EUA. FHC esconde sua inação com a idéia de que "será o próprio presidente quem vai gerar as condições" de sua queda. Isso, em termos mais concretos, significa que eles ainda não têm o apoio dos militares. Também significa que a variável que eles não exibem, mas a mais provável, é um golpe, porque o Brasil, ou seja, o povo, não suportaria o longo processo parlamentar de um "impeachment".

Por trás das reservas acerca de uma saída segura e ordenada de Bolsonaro, há um impasse, ou seja, uma tendência à imobilidade gerada pelo medo de que uma crise vinda de cima desencadeie uma irrupção das massas. Mais uma solução parlamentar é o que os setores democratizantes, o PT e a burocracia da CUT estão propondo. Isto é, naturalmente, um freio político contra a intervenção das massas, que se dará de qualquer forma, através de greves e manifestações.

A questão da opressão negra volta à agenda política brasileira como consequência da excepcional crise. Não foi resolvida no século XIX porque a escravidão não foi revolucionariamente liquidada no Brasil, nem o apartheid na África do Sul, enquanto a emancipação forjada pela guerra civil nos Estados Unidos foi liquidada pela contrarrevolução no período de reconstrução posterior. O racismo é uma forma de exploração social associada à contrarrevolução burguesa; ele só pode ser liquidado por uma revolução socialista mundial. Que isso esteja acontecendo novamente, em meio à crise sanitária e à falência econômica, é uma demonstração do caráter universal da transição histórica revolucionária atual.

Jorge Altamira

A "BOIADA" DE PAULO GUEDES



Com o governo Bolsonaro feito barata tonta, Paulo Guedes e seus cúmplices no ministério da Economia elaboraram um programa para a saída (incerta) da pandemia sob medida da grande burguesia, numa tentativa de preservar o último e fundamental ponto de apoio do projeto bonapartista do Bolsonaro, além da casta militar. A burguesia tenta aproveitar um Brasil devastado por milhares de mortes e pela desorganização econômica, para impor um ataque histórico às condições de vida da classe trabalhadora em todas as frentes.

A "boiada" que Guedes quer fazer passar consiste em uma complexa operação política, que está sendo cozinhada em conjunto com o Centrão, que contempla a um só tempo reformular toda a política social, aprovar uma nova contrarreforma trabalhista com o "Cartão Verde-Amarelo" e reintroduzir o projeto de previdência por capitalização. O plano é uma resposta ao fracasso político de Bolsonaro e visa organizar e enfrentar, com os recursos do capital financeiro, a fração da classe trabalhadora empurrada para a economia informal contra os trabalhadores de carteira assinada, com o intuito de eliminar conquistas históricas, tomando como pontos de partida as medidas "excepcionais" tomadas no quadro da pandemia, desespero e a desmoralização por causa do desemprego e da falta de perspectivas. Para isso, o governo agrava intencionalmente a miséria das massas, recusando-se a estender a ajuda de emergência, preparando o terreno para um ataque histórico.

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, acaba de declarar que a agenda de reformas da pasta vai começar a ganhar corpo no Congresso a partir de julho, com o início do processo de saída da pandemia: "Esse período, de julho de 2020 a dezembro de 2021, vai ficar conhecido como os 18 meses das reformas". O programa "Renda Brasil", lançado por Guedes, unificaria todos os programas sociais, inclusive o Bolsa Família. Benefícios hoje em vigor seriam revistos, caso do benefício de prestação continuada (BPC), pago aos idosos de baixa renda, e do abono salarial, pago a quem ganha até dois salários mínimos. Apologistas do plano falam em "privatizar" o orçamento público, dando aos destinatários o "poder de escolha"

sobre os recursos. A ideia é reduzir drasticamente o salário indireto (políticas públicas de saúde, educação, saneamento, etc.) e, como "compensação", proporcionar uma renda mínima em dinheiro.

A pandemia virou um gigantesco laboratório político. Guedes admitiu publicamente que a experiência de cadastrar aqueles que não estavam inscritos em programas sociais, com a ajuda de emergência, está na base do novo plano. A inspiração veio após o impacto favorável (mas limitado) a Bolsonaro nas pesquisas verificado depois distribuição da ajuda emergencial de R\$ 600, por mais que isso não tenha conseguido evitar uma queda constante do apoio popular ao governo. Segundo Guedes, o governo "aprendeu" que havia 38 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho: "Há regimes que têm muitos direitos e poucos empregos, e há 40 milhões de brasileiros andando pelas ruas sem carteira assinada. Só que agora sabemos quem eles são, digitalizamos e temos o endereço de cada um".

O objetivo é utilizar o banco de dados de ajuda emergencial para reciclar o projeto Carteira Verde-Amarela, a fim de reduzir encargos trabalhistas, estimulando a concorrência entre os explorados no mercado de trabalho. É a velha tática burguesa de usar o exército de reserva, de proporções gigantescas no Brasil devido à crise econômica crônica, para tentar impor uma derrota histórica aos trabalhadores.

Com a Carteira Verde-Amarela, as empresas se beneficiariam da redução de encargos para contratação de jovens de 18 a 29 anos e maiores de 55 anos, que receberiam apenas até um salário mínimo e meio. A consequência será o aumento da rotatividade, com demissão daqueles que ganham mais para serem substituídos por trabalhadores contratados pelo novo modelo.

Com a substituição por trabalhadores que ganham até um salário mínimo e meio, o novo regime de contratação promoveria o achatamento da média salarial de inúmeras categorias. As empresas teriam isenção total da contribuição previdenciária e das alíquotas do Sistema S. Em caso de demissão, o trabalhador receberia apenas 30% de multa sobre o FGTS, em vez dos 40% válidos para os demais contratos de trabalho.

Atrelado ao projeto de ressuscitar a Carteira Verde-Amarela e Amarela, Guedes voltou a propor uma nova mudança no regime de previdência, resgatando a capitalização (derrotada no Congresso antes do casamento com o Centrão), formato em que cada trabalhador deve contribuir para a própria "poupança", e não para um fundo comum. O modelo não teria efeito para as classes mais baixas, pois a capitalização valeria a partir de uma linha de corte de remuneração. Seria criado um sistema complementar, em que o atual regime, chamado de repartição, continuaria a existir, garantindo subsídios às aposentadorias da população de menor renda. A capitalização, então, valeria para trabalhadores com remuneração acima da linha de corte a ser definida pelo governo, que seria de três salários mínimos.

Com a coexistência entre o regime atual (repartição) e o de capitalização, Guedes acredita que haveria uma margem maior para a aprovação da mudança. Para facilitar a aprovação, ele também propôs a criação de um imposto sobre transações financeiras, cobrado da mesma forma que a antiga CPMF, ou seja, um novo imposto ao consumo popular. O imposto substituiria os encargos previdenciários que pagam as empresas sobre a folha de pagamentos, e os custos do INSS seriam repartidos por toda a sociedade. O projeto é a base da reforma tributária engendrada pelo governo desde o início, mas ganhou tração devido à crise econômica que bate à porta do país.

O pano de fundo econômico e social de toda essa operação política no poderia ser mais desastroso. Levando em conta apenas os primeiros impactos da pandemia, a contração do emprego no Brasil foi muito mais severa do que leitura dos números oficiais divulgados. Houve perda de quase 10 milhões de postos de trabalho em apenas dois meses, de 94,2 milhões em fevereiro para 84,4 milhões de empregados em abril, o nível mais baixo de toda série histórica.

Neste contexto, a elevação da taxa de desemprego oficial de 11,1% para 12,9%, entre fevereiro e abril deste ano, não captura a realidade, porque a força de trabalho (o conjunto das pessoas trabalhando, ou buscando emprego) também despencou no período, de 106 milhões para 96,9 milhões, devido à epidemia. Como demonstrou um estudo de Marcos Hecksher, da FGV, caso a força de trabalho tivesse se mantido inalterada (e os demitidos passassem imediatamente a buscar emprego), a taxa de desemprego estaria agora um pouco acima de 20%, a maior da história.

Com a justificativa de evitar demissões em meio a crise do coronavírus, o governo criou a MP 936 que permite a redução de salário e jornada e a suspensão do contrato de trabalho. Até início de junho houve mais de 10 milhões de acordos entre trabalhadores e patrões. O empregador que preferir pode reduzir salários e jornada de seus funcionários em 25%, 50% ou 70%. O empregador arca com parte do salário do funcionário, e o governo realiza a complementação do redução sobre o seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito.

Em suma, o plano é aproveitar a pandemia para fazer passar, de contrabando, os objetivos econômicos que

marcaram o apoio em massa da grande burguesia ao experimento Bolsonaro-Guedes em 2018. O programa está sendo reciclado às pressas para dar sustento a Bolsonaro no momento da maior fraqueza de seu governo. Nesta luta fundamental, os trabalhadores não podem ignorar que esse programa também alinha boa parte das forças do regime que se autoproclamam "defensores da democracia". Isso vale não só para o comportamento do Centrão, mas também de todas as variantes patronais que se colocam como alternativa a Bolsonaro (Maia, Moro, Doria, etc), o que se reflete na recente declaração formal do PSDB contra o impeachment: "O PSDB foi colaborativo. A principal reforma deste governo, da previdência, foi relatada na Câmara e no Senado pelo PSDB", se orgulhou seu presidente Bruno Araújo, manifestando seu apoio à agenda econômica do bolsonarismo.

O desafio apresentado à classe trabalhadora tem dimensões históricas. A crise capitalista, que a pandemia deixou a nu em toda a sua profundidade, acelerou os tempos e levou amplos setores da população para uma situação de desespero. Bolsonaro sonha em militarizar setores da pequena burguesia desesperada e arrastar uma fração da classe trabalhadora para atacar fisicamente as organizações operárias. Os acontecimentos das últimas semanas revelaram a consciência da grande burguesia de que, pelo menos por enquanto, não é possível governar só com um miliciano na linha de frente. Por isso existe um resgate do aparelho de dominação burguês (STF, Congresso, que o bolsonarismo define como "o establishment") e de um programa raivosamente antioperário a ser implementado com a ajuda das "instituições", que aponta a um realinhamento político.

O "Renda Brasil", que consagra as aspirações da burguesia de completar o trabalho iniciado no golpe de 2016, surge como um cardápio servido para recompor o regime. O problema com os planos da burguesia é que ocorrem no exato momento em que os países porta-bandeira dessa receita não só sofrem uma crise profunda, mas que a luta de classes despertada pelas efeitos brutais destas políticas tem assumido características revolucionárias (Chile, Estados Unidos).

Apesar de todos os reveses dos últimos anos - sobre os quais a burocracia sindical ainda deverá prestar contas das suas responsabilidades - a classe trabalhadora brasileira não está derrotada e mantém graus de organização e consciência que são um obstáculo difícil de desviar para a burguesia. A maior demonstração é o surgimento da luta antifascista nas condições extremas impostas pela pandemia, que algumas semanas após sua estréia nas ruas já se tornou um verdadeiro pesadelo para o regime. O desafio da juventude precarizada e "uberizada" ao aparato facista e às PMs bolsonaristas marca o caminho e sinaliza o início de uma batalha de conteúdo estratégico que deve reunir trabalhadores ocupados e desempregados, formais e informais, em uma luta comum, e que precisa ser dotada de um programa, atendendo aos interesses de todos os oprimidos, para uma saída própria destes perante a catástrofe capitalista.

Edgar Azevedo

PANDEMIA E “MERITOCRACIA”



“A meritocracia é um dos grandes valores da instituição”, assim justifica o Banco Santander as demissões em massa que estão preparando para os 47 mil funcionários do banco. São 9.438 trabalhadores, 20% do quadro total, ameaçados de perder seus empregos (*Folha de S. Paulo*, 06.06.20). Diante da retração da economia provocadas pelas absolutamente necessárias medidas de segurança para evitar o contágio do coronavírus, os “grandes valores” são colocados em prática: “As metas não reduziram desde o início da pandemia. Só que agora estão surgindo novos produtos e motores de venda. A cobrança de vendas está demais. Cada dia uma colega sai chorando do trabalho. O gestor dá advertência por qualquer coisa. Tudo é na base da advertência, cobrança e ameaça” (funcionária do Santander).

A Confederação Internacional do Sindicatos estima em 2,5 bilhões de pessoas – mais de 60 % da força de trabalho do mundo – o número de trabalhadores informais, sujeitos a condições degradantes e precarização. As demissões como as do Santander, e outras que virão dos demais bancos, são a porta de entrada nesta situação de degradação.

Nos últimos 12 meses os cinco maiores bancos fecharam 943 agências bancárias no país (Dados do Dieese – 1º trimestre de 2020), sendo 194 depois que começou a pandemia. Diante da situação atual é possível que muitas destas agências não mais abrirão. Mas isto nada tem a ver com queda de lucro dos bancos, o Santander apresentou lucro de R\$ 3,8 bilhões, nos primeiros três meses do ano, com alta de 10 % em relação ao mesmo período do ano anterior. Além de ser favorecido, junto com os demais bancos, com a liberação de R\$ 1,2 trilhão pelo Banco Central.

Os Bancos e o Comando Nacional do Bancários fecharam em 24 de março último acordo que suspendia as demissões durante a pandemia. Enquanto rompem o acordo os bancos realizam *lives* com seu graduado

representante estatal Paulo Guedes, e anunciam “doações” demagógicas destinadas ao combate a pandemia.

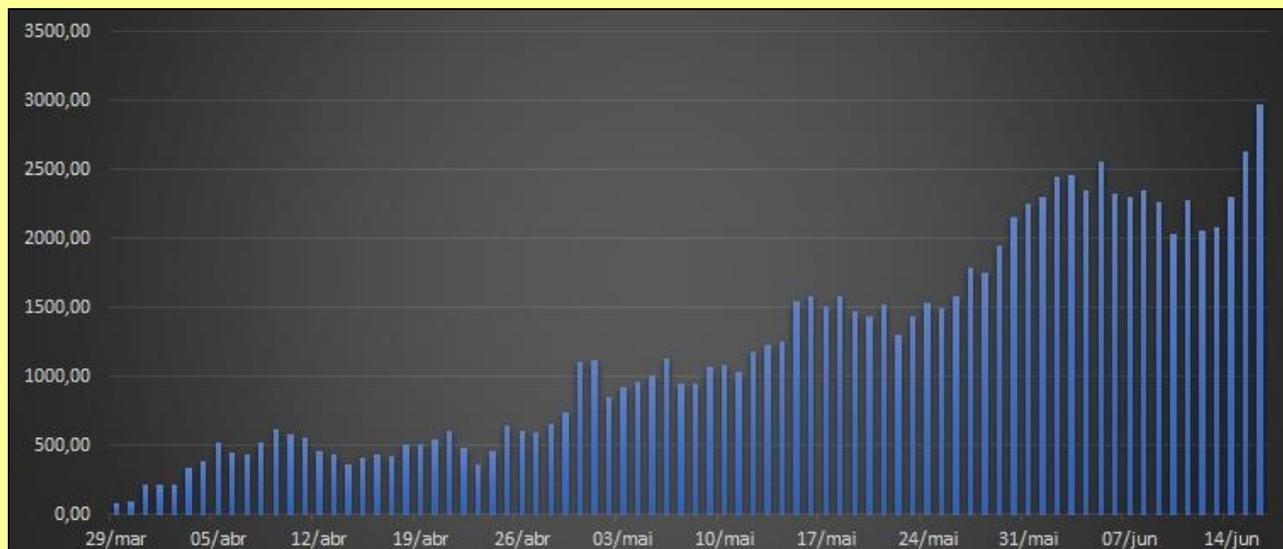
Alguns sindicatos realizaram manifestações em portas de agências contra as demissões, mas é preciso fazer muito mais. Demissões e mortes é o que cerca a categoria, “pelo menos 22 bancários que estavam na ativa morreram devido à doença” (*Época*, 26/05) em nove estados, a realidade das subnotificações faz crer que o número é bem maior.

Os direitos trabalhistas estão sendo corrompidos em todo o mundo, no Brasil foram aprovadas em março medidas que procuram suspender o direito de negociação coletiva. As condições da pandemia são utilizadas como forma de atacar os direitos assegurados em lei aos trabalhadores. É “passar a boiada” com ajuda do Congresso, imprensa e no interesse dos variados grupos capitalistas.

Os bancários tem datas definidas para a preparação da campanha salarial. Os congressos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal serão realizados de 10 a 12 de julho e a Conferência Nacional dos Bancários, onde se define a minuta de reivindicações, nos dias 17 e 18 de julho, para a categoria deliberar sobre a pauta em assembleias que devem ser realizadas nos dias 20 e 21 julho. Todas as atividades serão realizadas por videoconferência. Este processo está majoritariamente dirigido pela burocracia sindical da CUT e sua política visceral de conciliação de classes. A alternativa que se impõe para preparar a categoria para a campanha salarial de setembro e as lutas é aglutinar todos os sindicatos combativos e oposições sindicais num chamado e preparação de um CONGRESSO DE BASE DE TODOS OS BANCÁRIOS com representantes eleitos em assembleias e deliberando as formas de resistência e de luta da categoria.

Paulo Sérgio Ribeiro de Pinho

SÃO PAULO: UMA FLEXIBILIZAÇÃO CRIMINOSA DA QUARENTENA



Média de novos casos de coronavírus a cada 7 dias

Pesquisadores da USP estão tentando quase desesperadamente questionar em público a irresponsável abertura de comércio, shoppings e transporte lotado que promovem os governos estadual e municipal de São Paulo. Desde os últimos dias de maio, vários pesquisadores do IME e da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto apareceram reiteradamente em jornais como *Folha*, *Estadão* e *Globo*, com dados contundentes e termos bem fortes, advertindo sobre as consequências nefastas que podia ter o plano de "flexibilização" no Estado, e que já são visíveis com os novos recordes. Mas nem o governo estadual os escuta, nem as universidades estaduais parecem ter intenção de aparecer como instituições para advertir o governo e a sociedade com base nos dados dos seus pesquisadores.

Os dados ajudam a entender a dinâmica e a dimensão terrível que pode ganhar o que estamos vivendo (e permitindo) nestes dias. A abertura de um shopping em outro município, tornou-se premonitória, e infelizmente não houve a prudência que era de se esperar. É evidente que o novo recorde de casos no Estado está sendo puxado pela capital. E o que há de novo na capital, se não sua declaração como "zona laranja"?

Os governos estadual e municipal anunciaram, no final de maio, o "Plano São Paulo" de reabertura, que trouxe comércios e shoppings abertos e ônibus lotados. O Grupo de Pesquisa em Estatística Computacional sobre a Evolução do Contágio pela COVID 19, do IME, no *Jornal da USP* de 3/6, advertia sobre a tendência "crescente e bastante acentuada no número de casos na cidade de São Paulo" devido "ao relaxamento nas medidas de isolamento e distanciamento social". O Prof. Domingos Alves, da Faculdade de Medicina da USP Ribeirão Preto, desaconselhou o relaxamento e afirmou "É nosso dever alertar a população de que ela foi liberada para ir ao abatedouro". O mesmo colega apareceu com advertências semelhantes na *Folha de S. Paulo* de 8/6 e em *O Estado de S. Paulo* em 16/6. Dias antes, 1/6, professores da FMUSP e da FSP, junto com

colegas da UNIFESP, publicaram uma nota técnica que detalha e rebate os pressupostos do "Plano São Paulo", e alerta, com dados robustos, para suas graves consequências.

O diretor da Faculdade de Economia Administração e Contabilidade (FEA) da USP de Ribeirão Preto, professor André Lucirton Costa deu uma entrevista a um diário local rebatendo precisamente o pretexto para essa abertura, o de supostamente "salvar a economia": "A reabertura não vai salvar as empresas. [...] A melhor forma de lidar com isso, economicamente falando, é se conscientizar de que não existe outro meio que não o do isolamento social, de maneira séria, com todo mundo fazendo, e depois se resolve o problema econômico". Na *Folha de S. Paulo* de 15/6, e com muito mais detalhe no *Jornal da USP* de 17/6, aparecem estimativas de uma pesquisa: com a flexibilização das medidas de isolamento social propostas pelo governo estadual, as mortes por COVID 19 seriam até 8 de julho, em torno de 10.000 mais do que se fosse mantido o cenário anterior. Não se registra a voz de quem poderia ter mais repercussão: a instituição universitária como tal. A palavra oficial da reitoria da USP, ou uma nota conjunta da USP, UNESP e UNICAMP, como sugeriram ontem as associações docentes, daria uma força muito maior para conseguir que o governo estadual desista deste plano falido e tome as medidas necessárias para preservar mais vidas.

A ausência de posicionamento público, quando cada dia temos um novo recorde de casos e óbitos esvazia de significado a reiterada afirmação de que a Universidade deve trabalhar para a sociedade que a sustenta com seus impostos. Na iminência de uma perda massiva de vidas precisamente na parte da sociedade que realmente sustenta a Universidade com impostos porque é a que tem a maior carga tributária em proporção à sua renda, isto é, a população de menores ingressos, se a instituição não faz o que poderia fazer para tentar evitar, pelo menos em parte, essa perda de

vidas, o “compromisso com o povo paulista que paga impostos” fica reduzido a um topos retórico.

Diferentemente de problemas diante dos quais o silêncio hoje não implica silêncio amanhã, este não poderá ser corrigido daqui um mês com alguma eficácia. Cada semana que passa são mais de 2.000 mortos no Estado, isso se o ritmo não aumentar. Diferentemente das suas limitadas possibilidades de influência diante de outros problemas graves que a opinião pública não percebe com nitidez, neste caso, a universidade contaria com todos os olhares da sociedade voltados para o assunto, e conta também com grande reconhecimento social para opinar como instituição na especificidade desta matéria. Os pesquisadores da USP que merecem nossa gratidão hoje sobressaem por cima da maior autoridade universitária, que ainda não

empregou (esperemos que o faça) seu peso institucional para dar uma força superior ao apelo, e assim cumprir com um papel social elementar da universidade: pôr o conhecimento a serviço da preservação da vida humana.

Trabalhadores da saúde realizaram um ato em homenagem às vítimas da Covid-19 na Praça Roosevelt, no centro de São Paulo, na manhã de domingo 21 (foto em baixo). A ação foi coordenada pela Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia e pela Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares; ela ocorreu em diversas capitais do país, além da paulista. A manifestação também cobrou valorização da categoria, investimento no SUS e defesa da democracia, contra Bolsonaro.

Adrián Fanjul



CARTA ABERTA AO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS (CRUESP)

A contribuição científica das universidades e institutos públicos de pesquisa deve prevalecer!

O Fórum das Seis solicita um posicionamento institucional e público das universidades paulistas diante do gravíssimo risco que a população do estado de São Paulo está correndo com o relaxamento oficial das medidas de isolamento e distanciamento por parte do governo estadual e municipais.

Em um quadro de contínuo e alarmante crescimento de casos de contaminação pelo Sars-CoV-2 e de óbitos pela Covid-19, equiparável com o que em outros países provocou o fechamento quase total de atividades, e com recordes diários que parecem não encontrar um teto, as autoridades do estado e de vários municípios estão procedendo a uma inexplicável abertura de comércio e de serviços não essenciais, desaconselhada por todas as lideranças sanitárias do mundo, e oposta às políticas que, também no mundo todo, deram resultado para achatar as curvas de crescimento da pandemia e

caminhar efetivamente para uma recuperação também econômica.

Em vez do aumento de isolamento e distanciamento que seria necessário, vemos uma circulação de pessoas cada vez mais intensa, com meios de transporte lotados, que pode dar como resultado uma tragédia muito maior do que esta que o país já vive hoje, com mais de 45 mil mortos e cerca de um milhão de infectados, e a maior taxa de crescimento no mundo para ambos os índices. No estado de São Paulo, os números indicam em torno de 178 mil casos e 10.700 óbitos.

Não há dados no estado de São Paulo que justifiquem tal relaxamento, pelo contrário, todos os estudos com base científica apontam em sentido oposto, principalmente os que são desenvolvidos nas universidades paulistas e brasileiras. Por exemplo, no

Jornal da USP de 3/6/2020, é entrevistada a professora do IME, Florência Leonardi, que apresenta um estudo do Grupo de Pesquisa em Estatística Computacional sobre a evolução do contágio pela Covid-19. A pesquisadora afirma que “atualmente há uma tendência crescente e bastante acentuada no número de casos na cidade de São Paulo” e que “isto talvez possa ser atribuído ao relaxamento nas medidas de isolamento e distanciamento social por parte de população”.

No mesmo dia 3/6, apareceram em vários jornais de grande circulação entrevistas com o professor Domingos Alves, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que coordena o Laboratório de Inteligência em Saúde, alertando que “os municípios brasileiros que optarem por reduzir o distanciamento social, ainda nesta semana, podem ter um aumento de 150% no número de infectados e mortos nos próximos dez dias”. Na mesma matéria de *O Globo*, o pesquisador faz uma dura advertência: “Não estamos falando do que vai ocorrer dentro de um ou dois meses, mas de uma semana a dez dias. Até agora, temos acertado nossas projeções e, por isso, estamos tão preocupados. É nosso dever alertar a população de que ela foi liberada para ir ao abatedouro.”

Quaisquer que sejam as pressões políticas e econômicas que levam o governo do estado e as prefeituras à atitude temerária e irresponsável de “abrir a economia”, elas não podem ser assumidas como

próprias por uma instituição pública destinada à produção de conhecimento. Para as universidades públicas paulistas, é uma obrigação irrenunciável, talvez a maior que tenha se apresentado na sua história, alçar, institucionalmente, sua respeitada voz neste momento dramático. Nunca antes a população que sustenta a universidade esteve em um risco de vida tão grande, nem a universidade teve, dada a natureza desse risco, a possibilidade de contribuir para salvar, com a verdade, boa parte dessas vidas.

Em 9 de abril deste ano, a Reitoria da Unicamp se dirigiu à sociedade toda com uma nota pública sobre uso de substâncias como cloroquina e hidroxicloroquina, e, nessa nota de advertência, expressava que “a universidade, como centro do conhecimento, deve sempre recomendar indicações e propostas que valorizem a razão científica”. Justamente devido a esse princípio, é indispensável que as três universidades produzam o antes possível uma manifestação pública desaconselhando as atuais medidas de relaxamento e advertindo sobre as trágicas consequências que elas podem acarretar, bem como sobre sua inutilidade para a recuperação da atividade econômica. A Unesp, a Unicamp, a USP e o Centro Paula Souza não podem ser instituições omissas nessa hora tão grave da pandemia em curso!

Fórum das Seis (Entidades Sindicais das Universidades Públicas Paulistas)

FRENTE ÚNICA: NECESSIDADE HISTÓRICA E CONDIÇÕES POLÍTICAS NO BRASIL



O Brasil, em que pese sua participação evolutiva na economia mundial, principalmente nas últimas décadas, nunca deixou de ser hegemonicamente dirigido por uma burguesia composta de frações conflitantes, resultante das contradições entre o modelo agroexportador e outro interessado em promover uma industrialização, disputa esta que encontrou na Revolução de 1930 um passo na definição de caminhos.

O período correspondia à grande depressão de 1929 e os países periféricos e suas burguesias só conseguiram uma "margem" de desenvolvimento por meio de regimes autoritários, alternando períodos democráticos

burgueses restritivos, marca inconfundível das classes dominantes que entram na divisão internacional do trabalho subordinada e integrada aos interesses do imperialismo. Simultaneamente, sob a influência da Revolução Russa de 1917, os partidos comunistas detinham a autoridade e a hegemonia do movimento operário mundial.

As polêmicas que se desenvolveram até a morte de Lenin não chegaram às bases dos PCs e as orientações da III Internacional prevaleciam. No início dos anos 1930, as orientações esquerdistas tiveram em Trotsky um contundente crítico e adversário. Em 1933, Trotsky

avaliou que a III Internacional estava morta para a Revolução, assim como Lenin fizera em 1919 com a II Internacional. Trotsky travou uma dura batalha contra o Partido Comunista Alemão que, ao se recusar a construir a Frente Única com o Partido Social Democrata, possibilitou a ascensão e a vitória do Nazismo.

No Brasil, a expressão do esquerdismo foi a Intentona Comunista, em 1935, que, descolada das bases operárias, nasceu fadada à derrota. Os Congressos posteriores da III Internacional, principalmente no período que conduziu a Aliança (EUA, URSS, Inglaterra e França) à vitória contra o Nazismo, se integraram ao "esforço de reconstrução do capitalismo", desativando e desarmando possíveis revoluções (Itália, Grécia). Este é o pano de fundo do surgimento da teoria da revolução por etapas. A necessidade, segundo a III Internacional, de fazer, nos países periféricos, primeiro a revolução democrática burguesa e só depois a revolução socialista. No Brasil, o PCB levou às últimas consequências tal teoria, que se constituiu a base política das Frentes Amplas, Populares ou simplesmente no apoio à burguesia nacional. No período acima citado, a única proposta de Frente única foi a AntiFascista, em junho de 1933, que combateu os integralistas pré-Estado Novo, que admitiam a hipótese de apoiar o nazismo na Segunda Guerra Mundial.

As relações com o getulismo, janguismo, brizolismo, mesmo expressando contradições e conflitos, são a essência da política de não construir a organização independente da classe trabalhadora, mesmo quando o PCB, entre 1945 e 1947, esteve na legalidade, com expressiva influência nos sindicatos e forte base eleitoral. Em que pese já existirem organizações revolucionárias com outras referências, a teoria da revolução por etapas foi a que prevaleceu do período da redemocratização de 1945 ao golpe de 1964. O PCB apoiou os partidos da burguesia nacional, principalmente o PTB, e mesmo durante a Ditadura, efetuou o "entrismo" no MDB, partido da oposição consentida ao regime. Com o ascenso do movimento operário no fim dos anos 1970 e durante os anos 1980, a hegemonia do PCB se dissipa. Grosso modo, as condições políticas para a proposta da Frente Única inexistiram, inclusive por falta de vontade política.

O processo de fundação do PT e de seu desenvolvimento evidenciou que o partido se tornou o porta-voz da reedição do nacional desenvolvimentismo inerente aos anos 50 e 60, estabelecendo relações com a burguesia nacional em uma fase em que a interação desta com o capital monopolista do imperialismo era até maior do que no pré 1964. O discurso de independência política de classe já não existia e a Frente com o PCdoB e o PSB, nas eleições de 1989, embora restrita, se inseriu no conceito de Frente Popular. Daí em diante, o arco de alianças se ampliou e, na medida que aumentaram as vitórias eleitorais, reduziram-se as lutas populares. Os governos encabeçados pelo PT foram de conciliação de classes, em colaboração com amplos setores da burguesia nacional.

O golpe de 2016 interceptou a sequência dessa política de Frente Popular com agressiva campanha de

desqualificação e criminalização do PT através da Operação Lava Jato, imprensa e judiciário, que culminou com um golpe parlamentar e contribuiu para o surgimento da alternativa semi-bonapartista, de extrema-direita, neoliberal, com traços de fascismo, que sequer descarta a possibilidade de fechamento do regime, através de uma ditadura militar clássica, ou um militarismo institucional, risco que está na ordem do dia, e criminalização das lutas e pautas de reivindicações ligadas aos movimentos de esquerda.

Em momentos históricos em que surgem projetos oriundos de concepções fascistas, a ideia do "inimigo comum" é recolocada: fascismo x democracia. Setores que contribuíram para a ascensão do fascismo se sentem ameaçados e sinalizam alianças para conter o "mal maior". São dezenas de exemplos na história, justamente porque a necessidade da violência fascista contra o povo surge quando a crise do capitalismo coloca setores da burguesia em disputas internas. Reforçam-se as teses de "união nacional", "Frentes democráticas", "Frentes Amplas" etc. Sem exceção, todas dissolvem o caráter de independência da classe operária diante de seus aliados democratas burgueses na luta antifascista.

Hoje, novamente, a dicotomia se coloca: para derrotar o governo Bolsonaro diversos partidos propõem a unidade em torno da dicotomia democracia x fascismo. Os partidos de centro (Rede, PDT, PSB, PV) e os da esquerda pequeno-burguesa, com base social entre os trabalhadores (PT e PSOL), abrem mão da hegemonia no combate ao governo em nome de questões eleitorais. Todos defendem uma Frente Ampla com partidos da direita, como o PSDB, com o objetivo de derrubar o bolsonarismo numa perspectiva eleitoral (2020 e 2022).

Os partidos da esquerda, que assinaram um documento de impeachment contra Bolsonaro, fazem uma avaliação dos limites dessa iniciativa a partir da situação do atual Congresso, da pressão militar ao STF e do caos social causado pela pandemia do novo coronavírus. Todos sabem que a ausência de mobilizações populares verdadeiras pela derrubada do governo levará a uma saída favorável ao grande capital, que não tem nenhuma disposição em minimizar os ataques à classe trabalhadora.

Uma organização revolucionária, que reivindica a teoria marxista-leninista-trotskyista, deve se opor às formações das Frentes Amplas e propor a defesa de uma Frente Única das forças de esquerda do País. É preciso se dirigir aos trabalhadores através de manifestos e documentos que proponham ações unificadas, elencando pontos de unidade programáticos de combate ao fascismo, à crise sanitária e ao capitalismo que gerou ambos. A LPS deve discutir um plano de trabalho para apresentar esta proposta às outras organizações de esquerda, com um método para sua execução. O risco de, mais uma vez, o movimento operário ficar a reboque do reformismo social-democrata, social-liberal, nacionalismo burguês e até mesmo da direita está na ordem do dia.

De acordo com Trotsky, no caso em que o Partido Comunista represente apenas a uma minoria

numericamente insignificante, a questão de sua atitude em relação à frente da luta de classes não tem uma importância decisiva. Diante da caracterização da esquerda no Brasil, esta é a realidade que as organizações que reivindicam a revolução na atualidade enfrentam. A Frente Única deve se caracterizar, primeiro, como uma palavra de ordem a ser defendida com o objetivo de esclarecer aos militantes de esquerda qual deve ser a política correta para as ações de massas que, neste período, serão dirigidas pelas organizações que ainda seguem exercendo um papel decisivo nas organizações dos trabalhadores, a saber, o PT. É preciso explicar, e demonstrar com exemplos históricos, que as frentes formadas entre partidos operários e representantes da democracia pequeno-burguesa podem servir para derrubar um setor da burguesia, cuja queda é fundamental para o fortalecimento dos trabalhadores, mas que os revolucionários devem se opor em tudo o que a democracia pequeno-burguesa pretende para se consolidar a si mesma.

A LPS deve, a partir do debate desse documento, construir um manifesto sobre a importância da Frente Única de esquerda, ou seja, da defesa da formação de um bloco de todos os partidos e organizações da classe operária contra toda a burguesia. Com base neste manifesto, precisará atuar, em todas as suas frentes, no combate às ilusões reformistas nutridas pela esquerda democrática. Quanto maior o sucesso dos reformistas, “menos a classe operária será atingida pela ideia e a prática da frente única operária contra a burguesia”.

As camadas de operários desorientadas pela realidade caótica podem depositar suas esperanças na Frente Ampla (que Trotsky chama de bloco de esquerdas ou bloco dos operários com uma parte da burguesia contra outra parte desta), como um “mal menor”, ao não ver outros caminhos e pensando em não arriscar nada. Em contraponto, é necessário a configuração da Frente Única, de modo a dar respostas concretas aos trabalhadores. Tanto no campo sindical, quanto no campo político, a burguesia age nas organizações dos trabalhadores através dos reformistas. Cabe aos revolucionários pressionar a ação na defesa dos trabalhadores até que os limites de suas ações sejam escancarados. Ao apoiarmos acordos no parlamento burguês, devemos fazê-lo com o objetivo de obrigar os reformistas a tomarem para si a defesa dos interesses

do proletariado. Obviamente que, para fazer essa defesa, os representantes da esquerda pequeno-burguesa terão que renunciar à aliança com os partidos burgueses. Se assim o fizerem, empurrarão o movimento para a esquerda, fortalecendo a consciência de classe do proletariado. Se não o fizerem, provarão aos trabalhadores que atuam em favor da burguesia.

Os sindicalizados comunistas não podem pretender nenhuma autonomia política em sua atividade sindical e têm que defender o programa e a tática de seu partido. Deve-se condenar severamente a conduta de determinados comunistas que não apenas não lutam nos sindicatos a favor da influência do partido, mas também se opõem a uma ação neste sentido, em nome de uma falsa interpretação da autonomia sindical.

Se nossa tarefa é desmascarar a Frente Ampla, precisamos agir com independência, clareza ideológica e firmeza revolucionária ao propor a tática da Frente Única (bloco dos operários e suas representações contra toda a burguesia): “A tática da frente única dá ao partido uma completa liberdade de manobra, flexibilidade e decisão. E isso só é possível se o partido proclama em todas as ocasiões, de forma clara e transparente, tudo o que quer, o objetivo que possui e se realiza abertamente diante das massas suas próprias ações e propostas”.

Segundo Marx, os revolucionários devem fazer de cada comunidade o centro e o núcleo de agrupamentos operários, nos quais a posição e os interesses do proletariado sejam discutidos independentemente das influências burguesas. As ações em unidade com outras organizações devem partir dessa premissa. Marx também explica que os interesses de dois partidos podem coincidir momentaneamente quando se tratar de combater diretamente um adversário.

Porém, é preciso compreender que são principalmente os operários que, pela sua coragem, a sua decisão e abnegação, terão de conquistar a vitória. Os pequeno-burgueses, assegurada a vitória, exortarão os operários à calma e ao regresso ao seu trabalho a fim de evitar os chamados excessos e excluir o proletariado dos frutos da vitória. Portanto, em qualquer aliança, os operários terão de impor suas reivindicações próprias e cabe ao partido revolucionário diferenciá-las da demagogia democrática burguesa.

LPS (Luta Pelo Socialismo)



BOLSONARO, FASCISMO E FRENTE ÚNICA



A decomposição do governo Bolsonaro desafia, pela sua velocidade, os analistas e as análises políticas. Mal secou a tinta do último artigo publicado, uma novidade ocupa o cenário político. A queda de Abraham Weintraub do MEC (e sua projetada fuga para o exterior, como um reles criminoso, para ocupar um cargo no Banco Mundial), as prisões do miliciano e operador financeiro bolsonariano Fabrício Queiroz (preso em um sítio de propriedade do advogado do presidente) e da inacreditável “Sara Winter”, líder de um grupo fascista, os “300”, de apoio a Bolsonaro (grupo que está para os *squadristi* mussolinianos, ou as SA hitlerianas, como o Pato Donald está para Napoleão) se sucedem sem dar pausa para fôlego, se somam à pressão pelo inquérito das *fake news*, ao julgamento no TSE sobre a cassação da chapa vencedora em 2018, e se vinculam ao assassinato-queima de arquivo de outro amigo de Bolsonaro e família, o chefe de milícias Adriano da Nóbrega, provável articulador dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes.

A classe dominante, isto é, a classe capitalista (brasileira ou não) se digladiam. Parte substancial de seus representantes políticos se opõe à queda (impeachment) de Bolsonaro e sua quadrilha, principalmente de seu ministro Paulo Guedes, preferindo lhe deixar realizar seu “trabalho sujo” (tornado urgente pela crise econômica, agravada, pelo não originada, pela pandemia) até finais de 2022, quando seria possível substituí-lo pelas menos dolorosas vias institucionais habituais. O trabalho sujo vem sendo realizado, principalmente, através do acordo estratégico, para além de divergências secundárias, entre as iniciativas econômicas e trabalhistas do Executivo, complementadas ou corrigidas pelo Legislativo: cortes salariais legalizados, suspensão de concursos públicos e não homologação dos já realizados (em momentos em que o setor público precisa desesperadamente de reforços para combater a pandemia), recolocação e aprofundamento da privatização da Previdência, desoneração impositiva das grandes empresas, subsídios ao capital financeiro, legalização das demissões e um belo etc. O Executivo fascistoíde, minoritário no Congresso, paga o preço do acordo na forma de ministérios e postos em suculentos (e orçamentariamente bem dotados) cargos de segundo escalão na administração federal. O chamado “Centrão” é o principal cliente desse toma-lá-dá-cá, tomando as benesses com a mão direita enquanto na esquerda segura o porrete do julgamento político (e provável prisão) não só do *entourage* operacional, mas dos próprios membros da *famiglia* governante.

O risco desse posicionamento é triplo: 1) Deixar na mão da clique bolsonariana uma fração do poder político (o

Executivo) que, em condições de agravamento da crise e de ausência de alternativas políticas, pode ser usado contra os outros poderes para reduzi-los a uma função decorativa ou simplesmente destruí-los, enviando seus titulares, como anteviu e desejou explicitamente o profeta Abraham (Weintraub) para a cadeia; 2) Continuar confiando em que o principal apoio internacional de Bolsonaro, Donald Trump (e outros membros governantes de somenos importância daquela que foi chamada em 2019 a “Internacional Antiliberal”) continue a apoiá-lo (o que não está claro, já houve declarações de Trump tomando distâncias), ou que ele próprio (Trump) seja destronado como consequência da rebelião popular que percorre os EUA (*Black Lives Matter*) em ano eleitoral; 3) Suscitar uma rebelião popular no Brasil, que já não é surda (vide painelaços a repetição e mobilizações de rua, contra os grupos fascistas e em defesa dos trabalhadores da saúde) e que pode fazer de sua grande desvantagem atual (a pandemia e o isolamento social) uma vantagem, ao somar para suas fileiras não só os participantes e organizações habituais nas mobilizações, mas toda a população, inclusive a desorganizada, que se vê obrigada a lutar pelo seu elementar direito à vida.

Daí que outro setor da classe dominante, com a insuspeitíssima Rede Globo à cabeça, seja partidária, explícita ou implícita, de adotar as medidas institucionais que facilitem a remoção de Bolsonaro. É claro que também é uma posição que comporta riscos, pois o início de um julgamento político abriria uma crise de poder que suscitaria uma enorme mobilização popular, numa palavra, “a variável que eles não exibem, mas a mais provável, é a de um golpe, porque o Brasil, ou seja, o povo, não suportaria o longo processo parlamentar de um impeachment”. As Forças Armadas se encontram sob essa dupla pressão, com o agravante (que não existia, ou quase, no último golpe, o de 2016) de uma redução notável de sua capacidade de jogar um papel de arbitragem (via golpe), devido a que mais de 2800 militares trabalham em funções administrativas do governo federal. Na maioria dos casos, recebem funções gratificadas (FGs), o que gera reforço no salário, mas há muitos em cargos em comissão (CCs), sobretudo os reservistas. Desse total, cerca de 1500 são do Exército, 680 da Marinha e 622 da Aeronáutica, ou seja, o golpe no poder político exigiria um prévio golpe no interior dos quartéis, o que transformaria àquele num golpe ao quadrado, quando a força política dos tais poderes está mais para raiz quadrada.

O que é isto senão uma crise de poder, ou “crise institucional”, que se desenha por trás de um noticiário que rivaliza, não só em audiência, mas também em lances

cômicos ou trágicos, com as telenovelas que o antecedem e sucedem no horário nobre das TVs? Qualquer análise que não parta dessa crise, e de sua base material (ou “econômica”) ficará restrita às filigranas, talvez de modo inteligente e perspicaz, mas perdendo de vista o conjunto e sua plataforma de sustentação. A crise político/institucional, e sua base econômica, são de tal profundidade, que colocam no tapete as alternativas extremas do golpe (fascismo incluído) ou de uma rebelião de massas contra o conjunto do regime político e social, ou seja, com projeção revolucionária, com independência do grau de consciência a respeito de seus potenciais protagonistas (que é, em geral, como acontecem as revoluções, como cansou de demonstrar a boa História, ou como se realiza a humanidade, em cujo percurso a relação entre o interesse particular e o universal é inseparável e se verifica na participação por oposição, como ensina a boa Filosofia).

Seria ilusório pensar, por outro lado, que a crise só divide à classe dominante. Muito pelo contrário, no campo da esquerda (seja ela “intelectual” ou “militante”, ou ambas as coisas) abriu-se, com relação a Bolsonaro e perspectivas, um debate político de fundo, em boa parte, mas não completamente, oculto pela miragem da “unidade contra Bolsonaro”, mais ou menos equivalente à unidade dos católicos na missa ou à unidade dos evangélicos no templo. O seu aspecto mais evidente é a questão da “Frente Ampla” contra Bolsonaro, criticada por indivíduos/militantes, ou porta-vozes de diversas correntes (como a Consulta Popular) por incluir não só, como é óbvio, correntes políticas reacionárias, mas, sobretudo, figuras e partidos que estão perfeitamente cômodos votado medidas antipopulares e favoráveis ao grande capital no parlamento, junto aos partidários de Bolsonaro. Ao que se responde, obviamente, que para evitar o perigo do fascismo é lícito se aliar até com o diabo, se este adotar uma postura antifascista. O que causa surpresa é que se considere semelhante debate, que é o da “frente única”, como novo, sendo ele mais velho do que andar a pé, e que se pretenda encará-lo fazendo perfeita abstração de toda sua história, mais do que secular.

Para os que gostam de um marxismo “puro”, incontaminado pela incômoda presença de realidades alheias à teoria (ou seja, de vitórias e derrotas, de avanços e retrocessos, em soma, de história e de vida) digamos que, bem lido, esse debate já estava presente no *Manifesto* de 1848, quando este afirmava: “Em que relação se encontram os comunistas com os proletários em geral? Os comunistas não são nenhum partido particular face aos outros partidos operários. Não têm interesses separados dos interesses do proletariado todo. Não estabelecem princípios particulares segundo os quais queiram moldar o movimento proletário. Os comunistas diferenciam-se dos demais partidos proletários apenas pelo fato de que, por um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários eles acentuam e fazem valer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, do proletariado todo, e pelo fato de, por outro lado, nos diversos estádios de desenvolvimento por que a luta entre o proletariado e a burguesia passa, representarem sempre o interesse do movimento total” (ou “na sua totalidade”, dependendo da tradução). Os comunistas, portanto, deviam fazer política, *frentes* incluídas, mas com uma posição diferenciada e liberdade para defendê-la, não se dedicar simplesmente a apregoar um sistema perfeito surgido da cabeça de um gênio.

Na Internacional Comunista (os que torcem o nariz diante da simples menção da dita cuja podem fazê-lo a partir de agora, qualificando-a de superada e *demodée*, e se perguntar o que isso tem a ver com a longa propaganda ideológica das mesmas forças que levaram Bolsonaro ao poder) essa foi a questão da “Frente Única Operária”, resposta não só à ascensão do fascismo na Itália (1922) mas também ao ultra esquerdismo dos jovens partidos comunistas, que lançavam ofensivas isoladas destinadas à conquista do poder, ignorando sua condição minoritária na classe operária, ainda dominada pelos velhos aparelhos socialdemocratas, ao mesmo tempo supondo que esses aparelhos poderiam ser empurrados para o campo da revolução na base do abafa, ou seja, sem se delimitar programaticamente deles. O IV Congresso da Internacional Comunista estendeu a tática da Frente Única para o mundo colonial e semicolonial, com sua composição majoritariamente camponesa e seu domínio dos movimentos nacionalistas (ou “populistas”, como quis a sociologia posterior), como “Frente Única Anti-imperialista”. No decorrer das décadas de 1920 e 1930, com as cisões na Internacional Comunista (e também na Internacional Socialista!), a ascensão e consolidação do nazifascismo, em primeiro lugar na Alemanha, e a ascensão da revolução colonial, em primeiro lugar na China, o debate sobre a Frente Única ganhou em profundidade e dramaticidade, por motivos conhecidos. Contra a orientação suicida da direção da Internacional Comunista e sua teoria do “social-fascismo” (era preciso derrotar a socialdemocracia para enfrentar o nazismo, que seria apenas um breve prelúdio à revolução proletária) Trotsky combateu pela Frente Única Operária contra o fascismo, uma frente baseada na luta política e na ação direta, não no aglutinamento verbal de todos os partidos concorrentes ou divergentes do nazismo por qualquer motivo que fosse, o que o teria levado para uma frente com os partidos que compuseram o primeiro governo Hitler (que seriam, hoje, os partidos que compõem a base parlamentar e política de Bolsonaro, incluindo os que outrora foram base parlamentar do governo do PT), aplainando o caminho para a construção do Estado Nazista, política que teria levado Trotsky a passar para a história como um imbecil (em uma nota de rodapé).

Trotsky fez isso baseado numa caracterização do nazifascismo, combatendo àquela que o via como uma repetição radicalizada ou piorada de movimentos e ditaduras direitistas do passado, confrontando-se com o próprio Marx que, segundo Trotsky, “imaginou de maneira demasiadamente unilateral o processo de liquidação das classes intermediárias, como uma proletarização no atacado dos artesãos, do campesinato e dos pequenos industriais”. A crise e decomposição capitalista, na época monopolista, tivera consequências imprevistas: “O capitalismo arruinou a pequena burguesia a uma velocidade maior do que a proletarizou. Por outro lado, o Estado burguês agiu conscientemente durante muito tempo com vistas à manutenção artificial da camada pequeno-burguesa”. As decorrências políticas desse processo para a contrarrevolução contemporânea eram enormes: “Se o proletariado, por qualquer razão, demonstrara incapacidade para derrocar a ordem burguesa sobrevivente, o capital financeiro, na luta para manter a instável dominação, só poderia transformar a pequena burguesia, arruinada e desmoralizada por aquele, no exército pogromista do fascismo. A degeneração

burguesa da socialdemocracia e a degeneração fascista da democracia burguesa estão unidas como causa e efeito”.

“Causa e efeito”, porém, não significa dizer que socialdemocracia e nazismo fossem “irmãos gêmeos”, ideia que serviu à Internacional Comunista, como base para a teoria do “social-fascismo”, quebrando toda possibilidade de unidade e vitória proletárias contra o nazifascismo. Enquanto os partidos comunistas stalinizados consideravam a vitória nazista como um “mal menor”, Trotsky já advertia sobre a horrenda originalidade do novo tipo de contrarrevolução, em 1932: “O fascismo põe em pé aquelas classes imediatamente acima do proletariado, e que vivem com receio de serem obrigadas a cair em suas fileiras; organiza-as e militariza-as às custas do capital financeiro, com a cobertura do governo oficial (...). O fascismo não é apenas um sistema de represálias, de força brutal, de terror policial. O fascismo é um determinado sistema governamental baseado na erradicação de todos os elementos da democracia proletária dentro da sociedade burguesa”.

Antes da ascensão de Hitler, em abril de 1931, o KPD (Partido Comunista da Alemanha) chamou, junto ao NSDAP, a votar contra o SPD para derrubar o governo socialista da Prússia, no “plebiscito vermelho” (que os nazistas chamaram de “plebiscito negro”). Em novembro de 1932, aliou-se aos nazistas contra os “bonzos” socialdemocratas na greve dos transportes de Berlim. Em consequência desses posicionamentos aconteceram as crises políticas que derrubam sucessivamente o governo centrista de Brüning, o gabinete Von Papen em novembro de 1932, e depois o governo do general Von Schleicher, até o chamado a Hitler para se transformar em chanceler, a 30 de janeiro de 1933. Hitler chegou ao poder sem resistência operária e com o apoio da burguesia, intermediado pelo ex-ministro de finanças do governo centrista de Stressemann, Hjalmar Schacht, que tinha ocupado o ministério da Fazenda inclusive nos governos “socialistas” precedentes (algum parecido com alguns ministros da Ditadura-Nova República?).

O nazifascismo foi um fenômeno internacional (embora nacional e nacionalista pela sua forma e plataforma políticas), que apelava para um misto de tradicionalismo extremo (o Império Romano para o fascismo italiano, a cruz suástica das tribos indo-europeias para o nazismo alemão), combinado com um modernismo também extremo (que levou os futuristas italianos, com sua apologia da velocidade, a apoiar o fascismo, assim como representantes da alta cultura e filosofia alemã apoiaram Hitler pensando que este os livraria do atraso histórico da tardia unificação germânica) não porque aqueles fossem formas aleatoriamente escolhidas para manipular as massas, mas porque essa contradição (ou “variedade”) espiritual-simbólica refletia as contradições reais.

Nas palavras de Trotsky: “Havia no país muita gente arruinada ou a caminho da ruína, portadora de cicatrizes e feridas recentes. Todos queriam bater com os punhos na mesa. E isto Hitler podia fazer melhor do que os outros. É certo que ele não sabia como curar o mal. Mas suas arengas ressoavam, ora como ordens de comando ora como preces dirigidas ao destino inexorável. As classes condenadas, ou as fatalmente enfermas, não se cansam nunca de fazer variações em torno de suas queixas, nem de ouvir palavras de consolo. Os discursos de Hitler eram todos afinados nessa clave. Forma desleixada, sentimental, ausência de um pensamento disciplinado, ignorância paralela à erudição alambicada, todos esses

defeitos transformados em qualidades. (...) O fascismo abriu as entranhas da sociedade para a política. Hoje, não apenas nos lares camponeses, mas também nos arranha-céus das cidades, convivem o século XX com o X e o XIII”. Bem antes da “semiologia” nascer, Trotsky advertia que “se os caminhos do inferno estão cheios de boas intenções, os do III Reich estão cheios de símbolos”, pois “se todo pequeno-burguês encardido não pode virar Hitler, uma parte deste se acha em todo pequeno-burguês encardido”. Bastaria acrescentar o século XXI. Qualquer parecido com Bolsonaro não é mera coincidência.

O fascismo era, e é, um fenômeno *histórico* próprio da era da decomposição capitalista, e um fenômeno *político* de uma etapa de polarização de classes que coloca a alternativa mais ou menos imediata entre revolução e contrarrevolução. Assim como na década de 1930, os “tempos sombrios” foram e são aplainados por governos de Frente Popular - como os governos de coalizão da esquerda com a burguesia na República de Weimar que precederam Hitler, ou os governos de Frente Popular na França e na Espanha que precederam as ditaduras de Vichy (Pétain) e de Franco - pois acontece, nas palavras de Eric Hoffer, que “haja frequentemente uma diferença monstruosa entre a esperança nobre e tenra, e as ações que ela desencadeia. Como se o desfilar da juventude florida precedesse a passagem dos Quatro Cavaleiros do Apocalipse” (*The True Believer*). Coisas do passado? Foi a Unidade Popular que precedeu Pinochet no Chile, e a Frente Brasil Popular que precedeu Bolsonaro no Brasil. A festa com muitos convidados antes da tragédia com um só (ou uma só família) participe.

Sem as definições expostas as caracterizações do “fenômeno Bolsonaro” e, sobretudo, a determinação dos meios políticos para combatê-lo ficam, na melhor das hipóteses, no vazio das expressões de desejo ou, na pior, na colaboração com a impotência para fazê-lo. Pode-se argumentar quanto quiser acerca que “aquele” imperialismo, “aquela” classe operária, “aquele” campesinato, em soma, aquelas condições históricas não existem mais (o que é a História senão perpétua mudança?). Difícil será argumentar que o capitalismo não existe mais, eludindo a caracterização da era histórica em que se encontra, e renunciar a dizer que o Brasil se encontra em uma determinada etapa de seu percurso político, em que são postas a nu muitas (não todas) das contradições e mazelas do seu passado, em primeiro lugar a escravidão africana de quatro séculos. Se não se fizer isto, só caberia afirmar que Bolsonaro é um produto do acaso aleatório, e esperar que o mesmo acaso nos livre dele, o que é uma posição politicamente conservadora e intelectualmente cretina.

Surpreende, devido a isso, que num artigo na *Folha de S. Paulo* assinado por vários intelectuais (docentes titulares) uspianos, animado pelo louvável propósito de “impedir que ela (a ameaça fascista) se consume, mas fazê-la regredir ao espaço marginal de onde nunca deveria ter saído”, se afirme de cara que “não existe um consenso entre estudiosos sobre a definição de fascismo. Em parte, a dificuldade vem da própria natureza do fenômeno, que escapa a identificações fáceis. O fascismo foi reacionário e revolucionário; buscou a tradição, mas admirava a tecnologia; pregava a ordem por meio da rebelião; apresentava-se contra o sistema, mas tinha fortes ligações com as elites; falava em povo, apesar de ser profundamente autoritário e de sufocar qualquer crítica à liderança”. Como se as polêmicas e combates acima

expostos não tivessem existido, respostas intelectuais e políticas (nada fáceis, certamente) não tivessem sido dadas, e estivessemos perante o fascismo, além de munidos de uma natural e muito humana antipatia, como um elefante de olhos vendados numa loja de porcelanas. As polêmicas historiográficas (ou sociológicas, ou...) sobre o fascismo continuarão a existir, e é muito bom que assim seja (e que sejam desenvolvidas em plena liberdade): o mesmo se pode dizer acerca das causas da queda do Império Romano.

Embora o Brasil não tenha passado por uma guerra, como a Itália ou a Alemanha, nem por uma ocupação colonial, como a China, também aqui “há muita gente arruinada ou a caminho da ruína, portadora de cicatrizes e feridas recentes”. Parte dela passa a constituir uma ralé disposta a tudo para conservar (ou conquistar) uma posição social imaginária. Nas certeiras palavras de Lincoln Secco: “Em momentos de crise o fascismo exalta o crime publicamente. Por vias tortas ele rompe com a culpa individual e revela as raízes sociais do delito. Ele encontra os culpados pelos seus próprios crimes numa raça, num grupo político ou num inimigo externo. Com tal pretexto consegue reprimir qualquer descontentamento social e conquista o apoio das classes dominantes porque as defende melhor do que os órgãos judiciários habituais. Mas o fascismo só viola instituições que já estavam desmoralizadas. Para derrotar uma revolução real ou imaginada as forças armadas, os tribunais, a imprensa e até a polícia precisam desmentir sua neutralidade, abandonar seus ritos, desacreditar seu discurso e violentar o devido processo legal. Em nome do combate ao crime as instituições se fazem meio criminosas; e os autênticos criminosos se passam por políticos meio honestos. O fascista não força sua entrada pela democracia, ele apenas chuta uma porta que já se lhe tinha sido aberta. Não é por outro motivo que os heróis policiais fazem justiça com métodos ilegais e defendem a moral dos cidadãos imoralmente. O fascismo é um fenômeno de fronteira entre a ilegalidade e a legalidade e por isso encontra na polícia uma fonte de recrutamento”. Onde foram e são recrutadas as milícias brasileiras?

Por isso, quando os docentes supramencionados vão buscar a causa *política* do desprestígio das “instituições (pseudo) democráticas” do país, desprestígio surfado pelo bolso-fascismo, no fato de que “a extrema direita soube se aproveitar do impulso anti-institucional desperto pelas manifestações de 2013, com suas tópicas de antirrepresentação política e refratária aos modelos de governabilidade característicos da democracia pós-Constituição de 1988... O fascismo à brasileira surfou nessa onda, apresentando-se como uma força que repudiava o jogo institucional predominante na vida política do país. Cavalgando, assim, o corcel antissistêmico... etc.) sem mencionar o capitalismo, sua crise histórica e a fase política de sua crise, nem o apoio (bastante público, por outro lado) do empresariado (brasileiro e internacional, em especial a aristocracia financeira) à ascensão, e ao governo, de Bolsonaro, estão, já não só ignorando, mas escamoteando a dimensão fundamental (e, a bem da verdade, a mais óbvia).

Já quando se aponta, no plano *histórico*, que “o fascismo à brasileira sempre esteve por aí, com seu rosto e gestos ameaçadores, ainda que, em geral, perambulando nas margens da vida nacional. Agora, contudo, galgou um dos centros decisórios do Estado brasileiro”, por motivos com os quais o capitalismo (o único que existe, ou seja, esse

que está aí, não o “tipo ideal” weberiano) não teria nada a ver. E seria bom que a qualificação de reacionárias, ou pelo menos de altamente inconvenientes, das “manifestações de 2013” (em geral!), também fosse submetida ao crivo da dúvida acerca de sua “identificação” (com motivos até mais fortes do que aqueles existentes em relação ao fascismo).

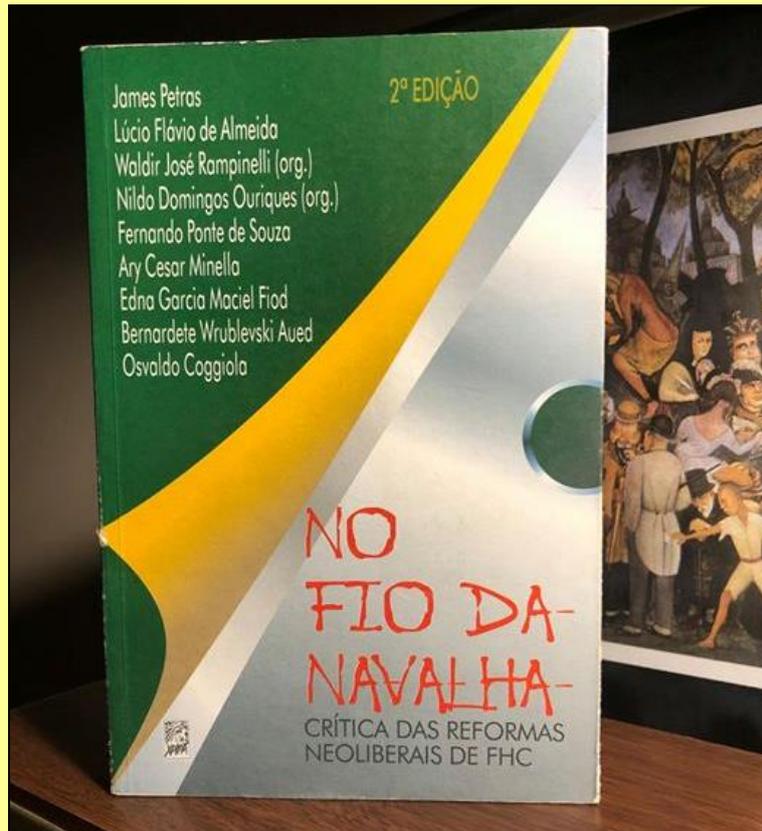
Ora, o “fascismo à brasileira” tem tudo a ver com o capitalismo brasileiro hodierno, com suas necessidades (devidas à crise) e circunstâncias (devidas à pandemia) atuais. Como aponta Edgar Azevedo, “a burguesia tenta aproveitar um Brasil devastado por milhares de mortes e pela desorganização econômica, para impor um ataque histórico às condições de vida da classe trabalhadora em todas as frentes. A “boiada” que Guedes quer fazer passar consiste em uma complexa operação política, que está sendo cozinhada em conjunto com o Centrão, que contempla a um só tempo reformular toda a política social, aprovar uma nova contrarreforma trabalhista com o “Cartão Verde-Amarelo” e reintroduzir o projeto de Previdência por capitalização. O plano é uma resposta ao fracasso político de Bolsonaro e visa organizar e enfrentar, com os recursos do capital financeiro, a fração da classe trabalhadora empurrada para a economia informal contra os trabalhadores de carteira assinada, com o intuito de eliminar conquistas históricas, tomando como pontos de partida as medidas “excepcionais” tomadas no quadro da pandemia, desespero e desmoralização por causa do desemprego e da falta de perspectivas”.

A força dessa perspectiva (onze ministros caíram, mas Guedes continua firme e apoiado pelo empresariado) é também sua fraqueza, pois precisa enfrentar uma classe trabalhadora não derrotada, que já protagonizou importantes mobilizações sociais e políticas contra Bolsonaro e seu regime, um movimento popular em ascensão (especialmente o antirracista, fortalecido pelas mobilizações nos EUA) e que pode, através de uma luta política de fundo, organizar os desempregados e os afetados pela pandemia em um combate *político* de massas contra o capital e seu Estado, reivindicando nacionalizações e expropriações sob controle dos trabalhadores, não em nome de uma “ideologia estatista” (como pretendem os neoliberais), mas das necessidades básicas de sobrevivência da imensa maioria da população.

Para concretizar a Frente Única de Classe (e Anti-imperialista), a única que pode derrotar de fato o fascismo, é necessário por em pé as organizações da classe trabalhadora, do movimento popular e da juventude, que, diversamente da década de 1930, não estão submetidas ao controle de burocracias ainda aureoladas pelo prestígio fresco dos grandes combates do século XIX ou da Revolução de Outubro de 1917. A tarefa não é fácil (nenhuma tarefa política de alcance histórico o é), é também *intelectual* (exige sair da vulgaridade, do cliché ideológico ou historiográfico, e do estreito marco nacional/nacionalista), é latino-americana (pois o Brasil é um “país continente”, mas não uma ilha) e é a única que corresponde à melhor tradição intelectual e política brasileira, como a que nos deixou Mário Pedrosa, nascido há 120 anos e grande organizador do combate antifascista de 1934 (Brasil é um dos poucos países que derrotou o fascismo na rua, e isso também é uma tradição) para não falar do jovem Friedrich Engels, nascido há exatos e muito recentes 200 anos.

Tito Fagundes

DO FOIE GRAS À BUCHADA DE BODE



Muitos criticam FHC por não aderir ao impeachment de Bolsonaro; outros, por ter ajudado a eleger o presidente profascista; outros ainda, por ter apresentado o idiotizado Luciano Huck como candidato ao Planalto por seu PSDB. Nenhum espanto por tais atitudes, pois FHC sempre foi um megalômano, um egocêntrico, um oportunista. Tanto que, para ser viável politicamente frente à burguesia dependente de seu país, mandou que todos esquecessem o que ele havia escrito. Esta é a maior traição que alguém pode fazer a si mesmo. Em outras palavras, rasgou a própria história e jogou os seus pedaços aos famigerados cães. Assim é Fernando Henrique Cardoso.

“Príncipe dos sociólogos?”. Somentemente se for da sociologia da ordem. Esta sociologia não apenas tem abandonado o uso da história na análise dos fenômenos do tempo presente, como também mudou os temas de suas grandes pesquisas. Categorias como imperialismo, socialismo, dependência, revolução e poder popular foram substituídos por países centrais, social-democracia, interdependência, reformismo e governabilidade. Há uma verdadeira ofensiva anti teórica que apresenta duas manifestações: a) reduz a sociologia ao discurso literário, ao pequeno relato, ao micro e ao local; b) e adota a forma de um quantitativismo geral, unido a um caminho holístico. Ambas as manifestações apresentam um denominador comum que é o reducionismo e o desprezo pelo trabalho teórico. Tais sociólogos votaram no Bolsonaro.

FHC foi aposentado compulsoriamente, sem ser obrigado a exilar-se; o fez por livre e espontânea vontade. Naquele Chile socialista de Allende, ele destoava, nos usos, nos costumes, nos hábitos e nas ideias, de todos os demais intelectuais latino-americanos que tiveram que refugiar-se em Santiago, em razão das ditaduras de segurança nacional que se esparramavam pelo Cone Sul. FHC foi partidário da transição transada, isto é, feita por cima, na qual os militares não seriam julgados por seus crimes

praticados; na qual as Forças Armadas seriam as garantidoras da nova democracia restringida; na qual o sistema social seria obrigatoriamente o de economia “de mercado” (capitalista); na qual os Estados Unidos seriam uma referência nas relações internacionais; na qual os intelectuais radicais de esquerda e seus movimentos seriam contidos. “Dois anos mais tarde [portanto, 1984] – segundo afirma um combativo jornalista (Jânio de Freitas no artigo ‘Candidato sem palavra’, na FSP de 10/5/94) – [FHC] chegou a procurar, em sigilo, o ditador Figueiredo, oferecendo-se como interlocutor mais confiável que Tancredo Neves e Ulisses Guimarães para, em nome das oposições, negociar a ‘transição’ política no Brasil. Apoiou o governo Sarney e foi um dos inúmeros beneficiários do sucesso temporário do Plano Cruzado, que foi alongado até as eleições de 1986”.

De *foie gras* à buchada de bode; de ateu à crente; de “marxista” à neoliberal; de leitor de “O Capital” à entusiasta de Jeffrey Sachs; de estatista à privatista; de defensor das greves do ABC à repressor do movimento paredista dos petroleiros; de apoiador de trabalhador à benzedor de quem consegue vender sua força de mão de obra por qualquer preço; tudo isso foi FHC.

E falta julgar FHC por crime de lesa-pátria. Entre as tristes recordações de seu governo entreguista está a privatização da Vale do Rio Doce, a maior empresa mineradora do planeta, que foi leiloada ao capital estrangeiro à preço de banana no ano de 1996. Nos dias de hoje as tragédias de Mariana e Brumadinho mostram que o lucro é a única preocupação dos acionistas da Vale. Mais de 300 vidas de cidadãos brasileiros é o preço que pagamos a essa empresa para continuar suas atividades altamente lucrativas e social e ambientalmente irresponsáveis.

Waldir Rampinelli

ESTADO DE EXCEÇÃO, ESTADO DE DISSOLUÇÃO, ESTADO DE REBELIÃO

Assim que se espalhou pelos países da Europa, a tese de que a quarentena estabeleceu um regime político excepcional circulou com mais ou menos sucesso. O chamado "estado de exceção" refere-se a um sistema de dominação que pode estar mais próximo ou além da democracia formal, porque se refere ao desenvolvimento de uma extraordinária capacidade do Estado de tutelar a vida individual, com relativa independência das características das suas instituições políticas. Nessa caracterização, uma esquerda que se define "plural" e uma direita que afirma liberal convergiram. Nos dois elevadores, destacaram-se os que pediam uma "rebelião" contra as quarentenas; na Argentina, tivemos uma controvérsia em defesa da quarentena contra a posição contrária da Frente de Esquerda (FIT); além disso, a insurgência contra ela foi liderada pelos Trump, Bolsonaro, o inglês Johnson, o italiano Salvini e Sebastián Piñera.

O "estado de exceção" foi realmente representado pelo campo político crítico do que veio a ser chamado de "isolamento preventivo". A defesa da liberdade ou movimento individual em uma pandemia pode ser conveniente para as classes sociais ricas, enquanto representa uma sentença de morte para os trabalhadores ou para as massas mais empobrecidas. Muito mais se levarmos em conta a vulnerabilidade da saúde da maioria, principalmente devido à alta privatização do sistema de saúde e à destruição do sistema público. A coerção do Estado para conter uma crise de saúde é relativamente progressista, em contraste com o abandono do papel do Estado, como representante da "sociedade em geral", que é obrigado a preservar, justamente por causa do antagonismo de classe dessa sociedade.

Outra coisa é, é claro, a capacidade real do Estado de empreender uma proteção real à saúde, em virtude de seu caráter de classe e do monopólio dos meios de produção por parte da burguesia. A crítica liberal ao "isolamento progressivo", em uma pandemia, revela seu caráter reacionário, pelo menos na época da decadência capitalista. Como o "direito ao trabalho", ou seja, o direito de ser explorado, o direito à vida é um dos direitos que podem e devem ser reivindicados sob o Estado capitalista.

Três ou quatro meses após o início da pandemia, testemunhamos rebeliões populares generalizadas - não um "estado de emergência", que impõe confinamento político generalizado, mas um estado de rebelião. Isso destaca outra ficção da crítica liberal - que a história é feita de cima, através de instituições e não através da luta de classes. O "decisionismo" estatal não pode ser caracterizado como reacionário em termos abstratos, isto é, independentemente de seu conteúdo em cada época histórica. Nesse caso, a ditadura jacobina na Revolução Francesa ou a ditadura do proletariado liderada por Lenin e Trotsky deveriam ser condenadas.

Donald Trump, que governa mediante por "ordens executivas" e brutalidade policial, falhou. As tentativas

de Trump e Bolsonaro de estabelecer um estado policial foram apresentadas como medidas em defesa das liberdades individuais. O liberalismo tem uma longa história totalitária na América Latina - o massacre de povos indígenas em nome do Iluminismo. A rebelião popular nos Estados Unidos obteve uma conquista que não era necessariamente inesperada: a Suprema Corte de direita acabou de ditar a ilegalidade das demissões por questões de gênero ou de orientação sexual. Não é pouco, porque o insídio mais significativo contra esse direito à diversidade sexual foi o fato de violar a consciência daquela parte da equipe de um local de trabalho que rejeitava a diversidade. Em meio a alertas de um avanço do 'estado de exceção', ocorreu a rebelião mais generalizada contra a brutalidade policial e o racismo da história dos EUA.

É claro que o estado de rebelião é uma continuidade das rebeliões populares anteriores à pandemia, que tem a ver com o processo de dissolução capitalista, que se manifesta em repetidas crises internacionais, cada vez mais pronunciadas, e com epicentro nas metrópoles do capital. Para usar a quarentena como arma do estado de emergência, seria necessário estabelecer um período de reação política. As tentativas nessa direção foram generalizadas, mas não tiveram sucesso como um todo. Um aspecto da dialética é apreciar fenômenos dentro de uma totalidade diversificada; quando isso está nas mãos do doutrinário, cai-se no impressionismo. A pandemia caiu como uma catástrofe para o capitalismo, simplesmente porque expôs suas falhas insuperáveis e sua tendência dissolucional. Claramente, ele impulsiona uma nova era - o 'novo normal' será de revoluções; o distanciamento social deve rivalizar com a aglomeração política das massas.

(...) É claro que a pandemia limita as mobilizações populares, mas as demissões e as modalidades e protocolos de trabalho provocaram inúmeros conflitos, mesmo quando o compromisso da burocracia sindical com o Estado e os empregadores está em pleno funcionamento. Há uma luta, que é fundamental, pelo controle dos locais de trabalho. A crise sofrida pela quarentena já está levando a lutas crescentes, pois a 'reabertura da atividade' multiplica as demandas reprimidas e as que surgirão como consequência dessa 'reabertura'...

É necessária a coordenação de todas as lutas, com métodos de deliberação de classe, para derrotar a tentativa do capital de transferir o custo da crise para os trabalhadores. Por outro lado, é necessário abordar a crescente crise de poder. Com base nisso, propomos congressos de trabalhadores de delegados eleitos, por iniciativa das correntes combativas, com o objetivo de apresentar um plano econômico para a classe trabalhadora e, com ela, a candidatura desta ao poder. A nacionalização não paga das grandes indústrias e bancos, sob controle dos trabalhadores, é uma necessidade imediata para enfrentar a catástrofe em desenvolvimento.

Jorge Altamira

Trump reconhece sua bancarrota

LUTA DE CLASSES E LUTA ANTIRRACISTA NOS EUA



Milhares de trabalhadores portuários das costas leste e oeste dos Estados Unidos se solidarizaram na luta contra o assassinato de George Floyd. Esse é um fato sem precedentes: é a primeira vez na história do país que uma ação conjunta é realizada nos portos das duas costas do país. A ILWU (União Internacional de Trabalhadores da Estiva) parou por 9 minutos, o tempo em que Floyd foi estrangulado pela polícia. Na costa oposta, os trabalhadores da ILA (União Internacional de Estivadores) fizeram isso por uma hora.

Os sindicatos marítimos dos EUA têm uma história orgulhosa de combate à injustiça em casa e no exterior. Em um comunicado, a ILWU declarou: "Está na hora de a ILWU continuar nossa história de luta pela justiça social e racial, para ser ouvida". "Nosso sindicato tem uma longa história de luta contra o racismo no trabalho, em nossas comunidades e em todo o mundo", disse o presidente internacional da ILWU, Willie Adams. "Hoje estamos reunindo milhões de pessoas que exigem justiça e mudanças fundamentais. O sindicato apela a todos os funcionários eleitos dos governos local, estadual e federal para que abram seus olhos e corações para iniciar uma mudança real em nosso sistema atual e para erradicar o racismo institucionalizado e a brutalidade policial que infestaram nosso país e nossa cidadãos por muito tempo".

O presidente internacional da ILA, Harold J. Daggett, disse: "Juntos, devemos desligar nossos guindastes e computadores, desligar nossos equipamentos e refletir sobre como encontrar uma maneira de ser melhor como indivíduos e em um país onde o respeito igual seja garantido a todos os cidadãos, com liberdades e direitos".

Após a rebelião popular em reúdio ao assassinato de George Floyd, os trabalhadores dos transportes se solidarizaram com os manifestantes e se recusaram a transferir os detidos. Os trabalhadores da Starbucks chegaram ao trabalho com crachás *Black Lives Matter* (BLM). Em Seattle, o BLM convocou uma greve geral e uma marcha de silêncio. Milhares de pessoas marcharam em 30 comunidades no estado de Washington. As mobilizações contam com o apoio de 70% da população. O Legislativo de Seattle foi transformado em uma zona de controle popular "sem polícia"; segundo o BLM, 60.000 pessoas se mobilizaram: pararam fábricas, funcionários da Amazon, Boeing, professores, transportadores e mais de 50 empresas.

Nos dias seguintes, a polícia matou outro afro-americano pelas costas em Atlanta. Isso provocou uma mobilização maciça com mais de 36 prisões. Estátuas de líderes da escravidão e da secessão do século XIX são removidas nas cidades dos EUA; ou as do Ku Klux Klan. Nos últimos meses, os EUA testemunharam inúmeras greves, ocupações de empresas e uma greve em 1º de maio em serviços essenciais (Amazon, Instacart, Target, Walmart, Whole Foods, General Electric) com combates de rua e paralisações de trabalho de trabalhadores imigrantes, do setor de alimentos, trabalhadores postais, das telecomunicações. As reivindicações: por melhores condições de trabalho durante a pandemia, contra as medidas de abertura de Trump ou dos próprios governadores. A maioria dos trabalhadores não tem cobertura para doenças, e Trump teve que dar um subsídio de 1.200 a 2.400 dólares mensais.

Assembléias Populares se reúnem em muitas cidades: Nova York, Oakland, Portland e Seattle.

Nesta última, uma “zona autônoma” foi formada em torno do Capitólio, exigindo a renúncia da prefeita Jenny Durkan (junto com o sindicato da UFCW) e o desligamento da polícia do Conselho de Trabalho da cidade.

Uma nova onda de infecções por Covid19 está sendo discutida em todo o mundo. Alega-se mesmo que a nova onda poderia ocorrer antes que a primeira onda termine. Em países como a China, uma nova quarentena está planejada em Pequim devido ao ressurgimento do principal mercado de alimentos da Ásia. Muitos países revertiram as fases (Espanha, Itália); outros, como a Grã-Bretanha, voltaram atrás na abertura das aulas. O Japão teve um novo crescimento em Tóquio. A Suécia com sua “imunidade a matilha” é um “fracasso”, segundo o *Financial Times*. Boris Johnson também o implementou e falhou miseravelmente. Regimes inteiros não podem ser sustentados sem abrir a economia ao capital e entram no abismo em meio a uma situação para a qual não se prepararam e não têm meios de enfrentá-la.



Nos EUA, com 44 milhões de novos desempregados, uma queda estimada de 7% no PIB em 2020 (quase 10% em caso de reemergência) e no meio de uma guerra comercial implacável com a China, o secretário do Tesouro, Steven Mnuchin, disse: "Não podemos encerrar a economia novamente, mesmo que os casos de coronavírus aumentem, porque, se o fizéssemos, estaríamos terminados".

Trump não tem recursos para governar sem abrir a economia e, ao mesmo tempo, a decisão de enviar trabalhadores para morrer em seus locais de trabalho o leva a uma crise política inexorável. Os confrontos que esses choques econômicos e sociais acarretam na própria burguesia e entre ela e a classe trabalhadora levantam a perspectiva de situações revolucionárias.

Os EUA registram um aumento nas infecções diárias, principalmente em estados como Califórnia, Carolina do Norte e do Sul, Flórida e Texas. Espera-se que entre 5.000 e 6.000 norte-americanos morram toda semana do Covid-19 até 4 de julho, de acordo com especialistas. Alguns estados relataram picos recentes nos casos do Covid-19, à medida que as

medidas de isolamento foram moderadas. Em pelo menos nove estados, o número de internações está crescendo, 22 deles registrando crescimento nos casos.

Deborah Birx, coordenadora de resposta ao coronavírus, que aparecia ao lado de Trump há alguns meses atrás, admitiu que "há brasas queimando em alguns lugares", enquanto outros dizem que há uma "recuperação" da primeira onda. A Casa Branca teve que sair e responder: "Não há emergência. Não há segunda onda", disse Larry Kudlow, o mesmo homem que garantiu em fevereiro que os Estados Unidos haviam conseguido conter o vírus. Hoje, os Estados Unidos lideram o número de infecções e mortes.

Kudlow acrescentou que "o presidente não está disposto a fechar a economia, assim como o vice-presidente": "Eu acho que fechar a economia pode ser pior para a nossa saúde do que não fechá-la", mas ele se refere à saúde do capitalismo, em oposição à da classe trabalhadora. Trump não forneceu os recursos necessários para combater a pandemia. O FDA (que regulamenta o uso de medicamentos no país) declarou que não usará cloroquina e hidroxicloroquina no país, um golpe contra Trump que até o tomou "preventivamente".

Sem uma vacina, a única saída com a abertura é alcançar a meta de Johnson, imunidade de rebanho, pela qual pelo menos de 60% até 85% da população deve estar infectada. Mas com uma população de 340 milhões de habitantes, nos EUA existem apenas 2,1 milhões de infectados, menos de 1%. A taxa de mortalidade excede 5%; portanto, se 260 milhões adicionais precisassem ser infectados para obter a imunidade do rebanho, o número intolerável de mortes chegaria a 13 milhões.

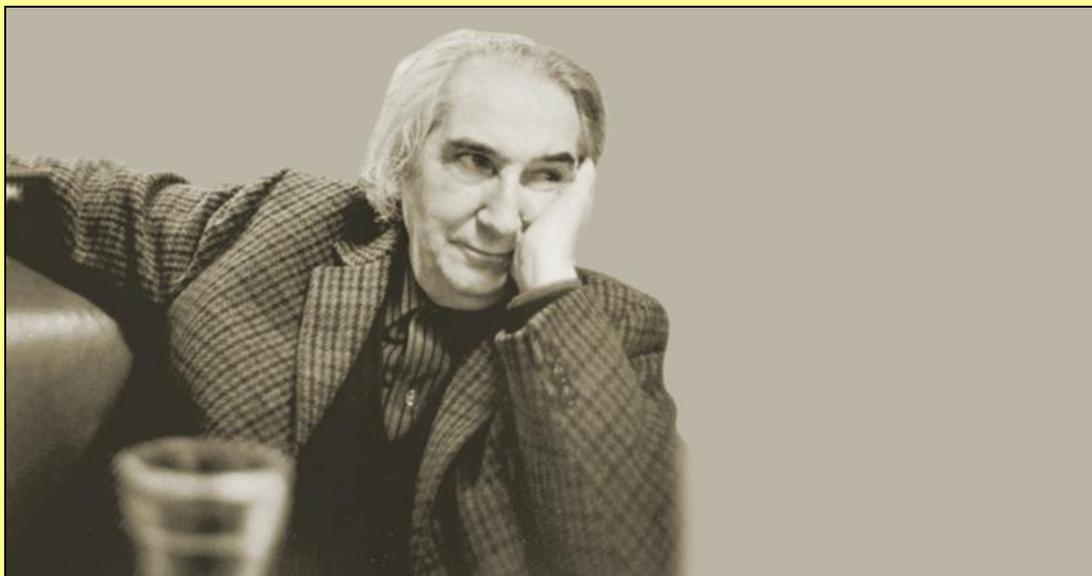


O confronto de Trump com os militares mostra que está buscando todos os recursos disponíveis para manter a insurgência social e a economia aberta afastadas, inclusive recorrendo ao uso do exército nas ruas. Trump não tem saída e entra em guerra contra a classe trabalhadora; a resposta política do proletariado será ditada pela diferença entre a vida e a morte.

Emiliano Monge

120 ANOS DO NASCIMENTO DE MÁRIO PEDROSA

TROTSKY, AS ARTES E A CULTURA E SUA INFLUÊNCIA EM MÁRIO PEDROSA (I)



O ‘espírito’ é ‘maculado’ desde o início pela maldição da matéria, que surge sob forma de camadas de ar em movimento, sons, em suma, sob forma de linguagem (MARX & ENGELS, *A IDEOLOGIA ALEMÃ*)

Da epopeia à tragédia

Um fato trágico ocorrido a 14 de abril de 1930 em Moscou encerra o ciclo dos primeiros 13 anos da Revolução Russa, tornando-se emblemático da época de sua aguda burocratização: o suicídio, aos 36 anos, do poeta Vladimir Maiakovski. Sendo Maiakovski considerado por muitos como o principal protagonista da poesia revolucionária e como um dos mais atuantes – nos termos de Trotsky – *companheiros de viagem* (*Попутчик*) da Revolução, tal acontecimento serve de foco para um importante texto do líder do Exército Vermelho, escrito, já no exílio, para o *Boletim da Oposição Russa* em maio daquele mesmo ano em homenagem póstuma ao poeta e convertido *a posteriori* em um dos capítulos de seu paradigmático livro *Literatura e Revolução*, de 1924.

No quarto parágrafo desse texto, intitulado “O suicídio de Maiakovski”, Trotsky procura denunciar o conteúdo pernicioso do aviso oficial do governo soviético acerca da morte do poeta, tal qual formulado pelo Secretariado-Geral do Partido – ou seja, por Stalin –, que procurava dissociar o ato extremo do poeta às suas atividades sociais e literárias. O ato de Maiakovski teve caráter passional: o poeta vivia em meio a uma complicada triangulação amorosa com sua amada Lília Brik e seu marido, e pode-se aventar certo componente potencialmente depressivo de seu caráter. Apesar disso, a frase inaugural da poesia-testemunho deixada pelo poeta dizia: “*Ninguém é culpado da minha morte e, por favor, nada de fofocas*”.

Mesmo assim, Trotsky procura entender o contexto de seu ato e associa, não sem razão, a decisão trágica de Maiakovski à coerção crescente que a cultura e as artes sofriam sob o jugo do stalinismo já em curso: “Os melhores representantes da juventude proletária [...] caíram sob as ordens de pessoas que converteram em critério de realidade a sua própria falta de cultura.” (TROTSKY, *LITERATURA E REVOLUÇÃO*).

Ao que se assistiu, dos primeiros dias da Revolução Russa ou mesmo dos anos que a ela imediatamente antecederam ao final da década de 1920, foi uma notável perda de vigor revolucionário e de liberdade de criação no terreno essencialmente especulativo das artes, concomitante à imposição intelectualmente obtusa de um pensamento provinciano, condizente com a teoria nacionalista e, naquele contexto, fundamentalmente antimarxista do socialismo num só país, típico da burocracia stalinista. Não tardou muito para que a asserção de Trotsky logo encontrasse oposição no seio do governo soviético.

Homem de grande cultura e de digno passado militante nas fileiras históricas bolcheviques, Anatoli Lunatchárski, Comissário do Povo para a Instrução Pública até 1929, aos poucos perdia representatividade no governo stalinista e procurava, com sua habilidade política, flexibilidade e capacidade de adaptação aos cursos do poder, agarrar-se a alguma boia em alto mar e apartar-se da Oposição de Esquerda trotskista, e é neste contexto que, em 1931, concebe um eloquente texto dedicado ao poeta russo (“Vladimir Maiakovski, inovador”), em que, não sem certa ironia, se opõe à afirmação de Trotsky: “Trotsky escreveu que o drama do poeta é ter amado a revolução com todas as suas forças, ter ido ao seu encontro, quando essa

revolução já não era autêntica, se perdendo em seu amor e sua caminhada. Naturalmente, como podia ser autêntica a revolução, se Trotsky não participa dela? Só isso já basta para demonstrar que é uma revolução 'falsa'! Trotsky também afirma que Maiakovski tirou a própria vida porque a revolução não seguia a via trotskista. [...] No interesse de seu pequeno grupo político, insignificante e falido, Trotsky acolhe tudo o que é hostil aos elementos progressistas do mundo socialista que estamos criando" (LUNATCHÁRSKI, *REVOLUÇÃO, ARTE E CULTURA*).



Procurando delimitar a crítica trotskista simplesmente ao campo de uma mera disputa interna pelo poder, movida pela vaidade pessoal e não por uma concepção essencial e eminentemente política e ideológica, Lunatchárski ainda precede a esta passagem duas frases que o fazem situar, naquele momento, no campo oposto ao de Trotsky: "Atualmente, Trotsky está com os filisteus. Ele não é mais, como nós, camarada do Maiakovski de ferro, mas de seu duplo [pequeno-burguês]" (*idem, ibidem*).

Mas, mesmo em meio à crise política soviética que se alastrava pelo início da década de 1930, e que resultaria na dizimação completa da Oposição de Esquerda russa e no implacável controle das artes pela ditadura stalinista, fazendo daí resultar uma arte engajada e classificada como da escola do Realismo Socialista – com uma qualidade artística das piores que já se viu na história das artes –, Trotsky e Lunatchárski pareciam concordar em um ponto: os elos que atavam a revolucionária obra maiakovskiana ao velho mundo burguês. Trotsky mesmo, ao início de seu ensaio, afirmava: "Maiakovski quis, sinceramente, ser revolucionário, antes mesmo de ser poeta. Na realidade, ele era acima de tudo um *poeta* [grifo do autor], um artista, que se afastou do velho mundo *sem romper com ele* [grifos nossos]." (TROTSKY, *LITERATURA E REVOLUÇÃO*)

Mas teria podido Maiakovski livrar-se por completo, mesmo tendo feito parte do bolchevismo histórico e da Revolução, dos matizes de classe com os quais sua elaboração poética estava, de certo modo, tingida? Afirmando-se pela especulação do Novo artístico na forma e no conteúdo, e dando as mãos à Revolução, teria o poeta podido livrar-se, mesmo assim, de sua proveniência pequeno-burguesa ou – nos termos de Lunatchárski – de seu *duplo*?

A arte submetida à sua análise classista

É provável que tal dilema tenha contribuído sobremaneira para a decisão de Maiakovski de pôr fim à sua existência. A estratégia stalinista da *autocrítica* ali já se perfilava e viria a caracterizar a farsa coercitiva dos Processos de Moscou, os quais culminariam por dizimar quase que a totalidade dos revolucionários de 1917. Não seria ilógico deduzir, pois, que os rumos castradores do stalinismo no poder soviético foram fatores determinantes para o

desânimo existencial do grande poeta: a cobrança moral e autopunitiva constituíra provavelmente o ingrediente psíquico decisivo que lhe teria impelido à auto-aniquilação.

A mesma questão que se coloca diante do fato artístico é, contudo, extensível a qualquer outro campo do saber. A rigor, poderíamos nos perguntar se os maiores revolucionários de nossa história moderna, Marx, Engels, Lenin, os próprios Trotsky e Lunatchárski, a maior parte dos bolcheviques, Mao Tse-Tung, Fidel Castro e Che Guevara, teriam como se desvencilhar de suas origens pequeno-burguesas, e mais: se a própria questão faria algum sentido¹.

Fato é que toda a história do saber decorre irrevogavelmente de suas condições históricas, e sendo o projeto socialista *posterior* à revolução burguesa, é natural que a Cultura, que, na bela definição de Roland Barthes, "é tudo em nós exceto nosso presente",² carregue consigo os traços classistas de sua proveniência histórica para dentro da nova construção socialista. A questão esbarra na análise propriamente *marxista* da arte e da cultura, que procurou desvendar os elos *ideológicos* que unem as camadas conscientes e subconscientes do pensador e – poderíamos estendê-lo – do artista. Em uma carta a Franz Mehring, de 14 de julho de 1893, escreve Engels: "A ideologia é um processo que o presumível pensador segue, sem dúvida conscientemente, mas com uma consciência falsa. As verdadeiras forças motrizes que o impelem são-lhe desconhecidas, pois, se assim não fosse, não se trataria de um processo ideológico." (ENGELS in: MARX & ENGELS, *Sobre literatura e arte*)

Já renunciando o enfoque nos modos pelos quais o subconsciente faz transparecer, no nível da elaboração plenamente consciente, as raízes sociais, pulsionais e afetivas, enfoque este que viria caracterizar os pilares da teoria psicanalítica freudiana no século XX, Engels nos atenta sobretudo para a influência, em qualquer fato de *pensamento* – e, por conseguinte, de *cultura* –, da *ideia* sobre as formulações, isto é, do *conteúdo* sobre a *forma*, ideia esta necessariamente decorrente das condições materiais de vivência e de sobrevivência dos cidadãos e que são impostas e geridas pelas classes dominantes. É

¹ A própria tradição revolucionária marxista tem como certo a liderança das massas por parte de uma *vanguarda* revolucionária, a qual, pelas próprias condições estruturais das sociedades de classes, adviriam naturalmente de uma pequeno-burguesia. Como escreve Domenico Settembrini em seu verbete tendenciosamente crítico quanto ao *Leninismo*, porém, nesta passagem, com pertinência constatadora quando aborda a teoria de Lenin em sua superação do tradicional populismo russo: "Visto que a evolução da classe operária, no regime democrático parlamentar, a afasta do caminho do socialismo, far-se-á necessário, antes de qualquer coisa, um guia que mantenha as massas no justo caminho. Eis, pois, encontrada a necessidade e a tarefa de um partido integrado por revolucionários profissionais de origem pequeno-burguesa, formado fora da classe operária e não passível de controle nem de influência por parte dela. Partido que será o depositário da verdade, como intérprete da essência mais real da classe operária, a encarnação atual do socialismo, a única garantia de seu advento futuro." (SETTEMBRINI in: BOBBIO *et alii*, *Dicionário de Política*)

² BARTHES, *LE PLAISIR DU TEXTE*. A frase de Barthes parece relacionar-se diretamente com a de Marx em *O 18-Brumário de Luís Bonaparte*: "A tradição de todas as gerações mortas pesa muito no cérebro dos vivos".

nesse sentido que, na *Ideologia alemã*, Marx e Engels afirmaram: “As ideias da classe dominante são também as ideias dominantes de cada época, ou, por outras palavras, a classe que é a potência *material* dominante da sociedade é também a potência *espiritual* dominante”.

Mas se essas premissas são verdadeiras, o mérito de Marx e Engels em desvendar os mecanismos de dominação nas sociedades classistas não os impediu de evitar com que uma própria interpretação de tipo *mecanicista* se tornasse preponderante no marxismo histórico e fosse aplicável, sem qualquer tipo de relativização, a qualquer campo do saber humano, o que implicaria em uma atitude previamente condenatória de todo fato de cultura, uma vez que uma sociedade sem classes sequer ainda existia.

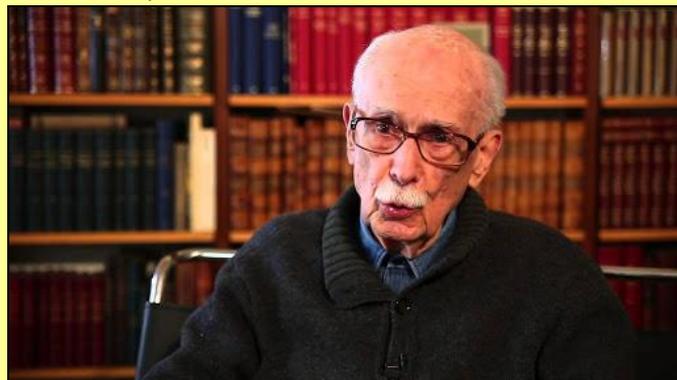
Em outras palavras – e nos atendo apenas ao campo artístico e cultural –, para Marx e Engels, mas não para boa parte daqueles que reivindicariam de suas ideias, a dialética materialista marxista deveria estar apta a entender, interpretar e refletir sobre as influências classistas nas obras de arte, mas os produtos da arte não poderiam deixar, igualmente, de serem considerados a partir de suas próprias especificidades, de modo a podermos, mesmo em uma nova sociedade socialista, usufruir dos fatos de cultura, necessariamente históricos.

Foi precisamente sobre este ponto que se debateu Trotsky, já nos inícios dos anos 1920, contra tendências mecanicistas no seio do bolchevismo, quando discutia a relação entre “O partido e os artistas” (artigo de 9 de maio de 1924), afirmando que “a arte e a política não podem ser abordadas do mesmo modo. Não porque a criação artística seja uma cerimônia ou uma mística, [...] mas antes porque possui suas regras e seus métodos, suas leis próprias de desenvolvimento, e sobretudo porque na criação artística os processos subconscientes desempenham um papel considerável, e tais processos são mais lentos, mais indolentes, mais difícil de serem controlados e dirigidos, precisamente por serem subconscientes” (TROTSKY, *SOBRE ARTE Y CULTURA*).

Ora, se a revolução socialista era almejada pelo marxismo, não o era para que as classes trabalhadoras continuassem a se ver tolhidas do acesso à cultura e se verem obrigadas a restringir sua existência às necessidades de sobrevivência e à opressão do trabalho explorado, mas, ao contrário, para que sua emancipação significasse também uma emancipação de seu espírito. Foi nesse sentido que Lenin, tão crítico quanto Trotsky com relação à defesa de uma “cultura proletária” (*proletkult*) – tal como promulgada por alguns de seus camaradas (dentre os quais o próprio Lunatchárski) no seio do partido bolchevique –, afirmara, em um artigo intitulado “A cultura proletária”, de 9 de outubro de 1920, que “o marxismo conquistou sua significação histórica universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não rechaçou de modo algum as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, ao contrário, por ter assimilado e reelaborado tudo o que houve de mais valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e cultura humanos” (LENIN, *LA LITERATURA Y EL ARTE*).

O fato, entretanto, de o marxismo consistir antes em uma interpretação de cunho filosófico-político dos fatos de cultura, e não propriamente em um *modus operandi* da própria criação artística, isto é, de o marxismo, diante do fato artístico, se ater antes à interpretação e ao entendimento das *ideias* do que na produção ativa e criativa das *formas*, fez com que acabasse por servir ao

pensamento mecanicista – àquele mesmo ao qual Marx teria repetido sua célebre frase: “Então eu mesmo não sou *marxista*” – não como instrumento de interpretação e reflexão (e até mesmo de posicionamento) diante do fato artístico, mas antes como instrumento de *imposição* à criação artística de certa “conduta ideológica” a ser seguida pelo criador. As consequências mais funestas deste desvio das intenções genuinamente marxistas, as conhecemos bem: a ideologia “marxista” passa a exercer papel condenatório, de julgamento e controle, enquanto deveria, criticamente, se abster – como desejaram Marx e Engels, Lenin e Trotsky – de procurar exercer mão de ferro sobre o ato da criação artística. As concepções marxistas, quando diante das obras artísticas, passam então a serem identificadas com aquelas que darão importância sobretudo ao conteúdo ideológico explícito da obra de arte, a despeito do que ela, mesmo quando manifestamente reacionária, pudesse conter de *formalmente revolucionária*.



Como bem descreve um dos principais críticos literários que o Brasil já teve, o marxista Antonio Candido, “para essas concepções [marxistas, ou, a bem da verdade, pseudo-marxistas], as obras de arte e de literatura deveriam ser necessariamente interpretadas e avaliadas segundo a sua dimensão social e, não raro, segundo o seu significado político potencial. Em consequência, a crítica tendia a concentrar-se no conteúdo e a negligenciar as questões de forma, inclusive a fatura” (In: José CASTILHO MARQUES NETO, *MARIO PEDROSA E O BRASIL*).

Entretanto, o desejo de que o crítico ou a crítica marxista pudesse dar conta dos problemas da forma não foi ausente dos revolucionários russos. Lunatchárski, ao elaborar as “Teses sobre as tarefas da crítica marxista” (de abril a junho de 1928), reconhece que “o crítico marxista toma como objeto de sua análise, antes de tudo, o *conteúdo* da obra, a *essência social* que essa encarna”, mas em seguida expressa esse desejo, afirmando que não se podia “ignorar a tarefa particular de análise das *formas literárias*”, e que “o crítico marxista não deve se omitir a esse respeito”.

Quando faz isso, esbarra na questão de que nas próprias formas artísticas – e isto mesmo em relação às linguagens artísticas mais distantes dos significados verbais quando voltadas a si mesmas, tal como principalmente o caso da linguagem musical – podem-se como que “rastrear” conteúdos ideológicos que, de certo modo, lhe deram vazão. A afirmação, contudo, daria igualmente vazão a uma interpretação tendenciosa e controladora das próprias formas artísticas. Por tal viés, a autonomia das formas artísticas perderia qualquer sentido, deixando-se de reconhecer o que tipifica a obra de arte: o exercício sobre si mesma e sobre a história de sua linguagem; em outras palavras, sua *intertextualidade*.

As características definitórias da arte

Quando Trotsky afirma, em *Literatura e Revolução*, que “a arte deve abrir por si mesma o seu próprio caminho”, e que “os métodos do marxismo não são os mesmos da arte”, tem em mente justamente as especificidades do campo artístico e, considerando-se a arte como um todo, suas leis genéricas, porém próprias, e que escapam à análise marxista. Se os métodos do marxismo podem interpretar a arte e até mesmo “explicar”, do ponto de vista sociológico e ideológico, o advento de determinada tendência artística, eles serão insuficientes para entendê-la em toda a sua plenitude, e muito menos ainda uma dada obra artística em particular.

Assim sendo, somente adentrando o terreno específico das linguagens artísticas é que uma determinada obra poderá ser profundamente compreendida: “É perfeitamente exato que nem sempre se pode seguir somente os princípios marxistas para julgar, rejeitar ou aceitar uma obra de arte. Uma obra de arte deve-se julgar, primeiramente, segundo seus próprias leis, isto é, segundo as leis da arte. Mas só o marxismo pode *explicar* por que e como, num determinado período histórico, aparece tal tendência artística; em outras palavras, quem expressou a necessidade de certa forma artística, e não de outras, e por que”.

O jdanovismo cultural, isto é, a doutrinação stalinista que arremontou as artes (sem falarmos das outras áreas do saber humano), tal como promulgada mormente por Andrei Jdanov a partir de 1946, mas que nada mais fazia que corresponder às coerções que os artistas já sentiam na pele ao final dos anos 1920, ignorou por completo as leis às quais se referia Trotsky, genéricas a toda criação artística e independente das leis que lhes seriam complementares, quais sejam: as que regem especificamente cada uma das linguagens artísticas. Contrariando o princípio supremo que fundamenta toda obra artística de valor ao longo da história da humanidade, qual seja: o da *liberdade de criação*, a doutrinação jdanovista repetiu o ato trágico de Maiakovski: fez com que a arte produzida sob seus “auspícios” cometesse suicídio.

Seria deveras pretensioso fazer uma análise exaustiva e taxativa de todos os aspectos que poderiam tipificar uma obra de arte, mas vejamos, sucintamente, os fatores que parecem condicionar a *fatura* da obra artística, ou seja, aquilo a que Trotsky aludira quando falava de suas “próprias leis” ou de que trata o Manifesto da F.I.A.R.I. em seu ponto 2, quando fala das “leis específicas a que está sujeita a criação intelectual”.

Intertextualidade

A primeira dessas características é o que chamamos acima de *intertextualidade*, isto é, a faculdade da obra arte em dialogar com outras obras de sua linguagem, contemporâneas ou pertencentes ao passado. Se a música – para a tomarmos como exemplo de uma das linguagens artísticas – fora bem definida por Roman Jakobson como uma *semiosis introversiva*, isto é, uma linguagem cujos signos se remetem continuamente a elementos interiores à sua própria articulação signíca, à sua própria *técnica*, e se por isso ela se distingue da linguagem verbal, cujas palavras remetem-se externamente aos conceitos que evocam, quando ouvimos uma cadência tonal, um ritmo, uma citação de outra peça ou uma certa maneira de orquestrar – atendo-nos somente à sua percepção estética –, tecemos relações com todo o arsenal de cultura musical que temos depositado em nós. E o mesmo ocorre com toda obra de arte em todas as demais linguagens. A obra

artística estabelece diálogos contínuos com aspectos precisos de sua história: “A atividade criadora do homem histórico é, de modo geral, hereditária” (TROTSKY, *LITERATURA E REVOLUÇÃO*). Ao mesmo tempo em que institui um Novo, a obra é também, por mais que se queira romper com o passado, sempre um comentário sobre o que já se fez.

Tecnicidade

A este aspecto, alia-se um segundo, a ele indissociável. A obra de arte necessariamente lida com sua *tecnicidade*. A julgar pelo grau de elaboração de suas técnicas, dada linguagem artística pode inclusive encerrar o risco de tornar-se inacessível ou pouco acessível àqueles que não se inteirarem de seus meandros técnicos, ao menos no nível de uma sua compreensão plena. Tal risco ocorre particularmente com a música, com suas técnicas de *escritura musical* – o que certamente faz da linguagem musical a mais difícil das artes, dado o elevado nível de sua tecnicidade –, mas tal característica faz parte, em maior ou menor grau, de toda linguagem artística.

Não-linearidade histórica

A obra de arte que faz época, ou seja, que se firma na história de sua linguagem por suas qualidades artísticas, guardará sempre o potencial de ser “relida” e “reinterpretada” em épocas futuras e em condições distintas daquelas pelas quais nasceu. E mais que isso: há diversos casos, na história das artes, em que uma obra é redescoberta ou revalorizada, tirando-a do esquecimento. Tal fato distingue substancialmente a obra de arte da política: em política, as ações têm de surtir efeito imediato para terem validade; caso contrário, sucumbem e não são consideradas como vitoriosas.

Poder-se-ia argumentar que o trotskismo é prova contrária a essa tese: Trotsky saiu derrotado e acabou morto a mando de Stalin, mas as ideias trotskistas excedem a pessoa de Trotsky. Sua ressonância demonstrou-se, em certo sentido, vencedora, pois permanece atuante, e em pleno 2019 é de Trotsky e de seu legado que estamos falando, e não do legado stalinista! O julgamento daquilo que é propriamente “vencedor” ou “perdedor”, no terreno político, deve, pois, ser relativizado. Mas como quer que seja, toda ação política visa algum efeito imediato, mesmo que no plano das ideias. A obra de arte, ao contrário, não visa qualquer efeito imediato para além do *gozo estético* que institui em si mesma – aquilo que Barthes chamava, em seu magnífico *Le plaisir du texte*, de *jouissance*. E, assim agindo, guarda todo o seu potencial estético para uma eventual fruição futura.

Ainda que, na trama intertextual que institui os diálogos do artista com a história de sua linguagem, haja “progressividade” e inegável desenvolvimento de sua técnica, não há propriamente “progresso linear”, ou seja, linearidade histórica absoluta na história da arte, e as obras de arte podem se referir a feitos artísticos às vezes muito distantes delas temporalmente. Na mesma medida, não se pode decretar a não validade de determinado feito artístico simplesmente por não ter exercido influência imediata em obras subsequentes: “Na economia da arte, como na economia da natureza, nada se perde e tudo se interliga” (TROTSKY, *LITERATURA E REVOLUÇÃO*).³ Lidamos

³ Referindo-se à música, escreve o grande musicólogo Carl Dahlhaus: “Diversamente da história política, na qual o não-efetivo em nada consiste, na história da música pode uma

mais com um *trans-grosso*, com um *desenvolvimento não-linear* dos fatos artísticos. Se não há mera casualidade, tampouco há causalidade irreversível na história das linguagens artísticas.

Nisso a arte distingue-se igualmente da ciência, pois que se na história da ciência podem-se observar certos feitos que darão frutos mais à frente, a regra geral do curso histórico científico é a contínua superação imediata de seus feitos pelas vias da *veracidade*: uma vez comprovada determinada tese, certifica-se a hipótese anterior ou se a revoga de modo implacável. Em arte, contudo, não há verdades estabelecidas, e nem superadas. Os feitos artísticos sucedem-se continuamente sem se anularem, e o novo feito não anula o potencial estético de feitos passados; ao contrário: pela vias da intertextualidade, amplia-o.⁴

Erro e risco

Indubitavelmente o artista almeja a formulação que lhe interessa: a *jouissance* estética de sua obra. E o artista honesto deseja o acerto em suas elaborações. Mas diante da criação, não há como evitar o risco e, com ele, o próprio erro, e isto a ponto de o erro adquirir, às vezes, lugar de honra na obra de arte. Assim é que Arnold Schönberg, um dos maiores músicos do século XX, assevera: “[O erro] merece um lugar de honra, porque graças a ele é que o movimento não cessa, que a fração não alcança a unidade e que a veracidade nunca se torna verdade; pois nos seria demasiado suportar o conhecimento da verdade” (SCHÖNBERG, *HARMONIA*).



Vemos então que é na arte que toda a *incerteza* e toda a *instabilidade* da expressão têm lugar pleno de articulação, isto é, é na arte que a *dramaticidade* inerente a todo signo linguístico encontra seu lugar mais propício de exploração. A arte potencializa, assim, as ambiguidades e as antinomias já existentes na própria relação entre *significantes* e *significados* no interior do próprio signo linguístico e as que existem entre o próprio signo e o objeto que representa. A essa antinomia, que se revela como algo essencial à dinâmica das línguas, já se referia Jakobson, quando escreve: “Por que isto é necessário? Por que é necessário sublinhar que o signo não se funde com o objeto? Porque ao lado da consciência imediata da identidade entre signo e objeto (A é A1), é necessária a

obra, da qual nada se segue, também ser significativa” (DAHLHAUS, *ADORNOS BEGRIFF DES MUSIKALISCHEN MATERIALS*)

⁴ É nesse sentido que Umberto Eco afirma: “Em cada livro incrustam-se, ao longo do tempo, todas as interpretações que lhes demos. Não lemos Shakespeare como ele escreveu. Nosso Shakespeare então é muito mais rico que o lido em sua época.” (In: ECO & CARRIÈRE, *NÃO CONTEM COM O FIM DO LIVRO*).

consciência imediata da ausência de identidade (A não é A1); tal antinomia é indispensável, pois que sem paradoxo não há dinâmica dos conceitos, nem dinâmica dos signos, a relação entre conceito e signo se automatiza, arrefece o curso dos eventos, atrofia-se a consciência da realidade.” (JAKOBSON, *CHE COS'È LA POESIA?*)

A arte parece, pois, constituir o lugar ideal para o exercício supremo em cima das ambiguidades que os próprios veículos expressivos das linguagens artísticas oferecem ao criador. Com isso, acabam por instituir também o campo otimizado da percepção estética essencialmente dialética, pois a passagem seguinte, na qual Trotsky fundamenta, em termos filosóficos, a contínua mutação que se traduz em essência de sua teoria da Revolução Permanente (revigorando o termo originariamente formulado em 1850 por Marx: “*Revolution in Permanenz*”,⁵assemelha-se sobremaneira à formulação jakobsoniana: “O axioma ‘A’ é igual a ‘A’ é, por um lado, ponto de partida de todos os nossos conhecimentos e, por outro, é também o ponto de partida de todos os erros do nosso conhecimento. [...] Para os conceitos, também existe uma ‘tolerância’ que não está fixada pela lógica formal baseada no axioma ‘A’ é igual a ‘A’, mas pela lógica dialética baseada no axioma de que tudo se modifica constantemente” (TROTSKY, *EM DEFESA DO MARXISMO*).

A invenção e o Novo

Se a religião lida com o dogma e sua crença, e se a ciência, com a hipótese e sua veracidade, a arte lida com a *invenção* e sua *escritura* (*écriture*, em sentido barthesiano). A obra artística empreende um movimento paradoxal no tempo, e tal paradoxo é de sua própria natureza: por um lado, tece relações, pelas vias da intertextualidade, com as obras passadas; por outro, centra grande parte de sua energia na invenção do Novo, apontando para o futuro. “Ich suche das Neue” – “procuro o novo”, diz um dos personagens da ópera *Von heute auf morgen* op. 32 de Schönberg. Todo anacronismo em arte, na repetição não inventiva e diluída de feitos passados, tende a morrer no ostracismo. Apenas o Novo irrompe no presente, abre caminhos e faz a obra perdurar, e apenas ele, quando não surte o “efeito” imediato da inovação, guardará potencial para sua redescoberta futura. Como objeto de conhecimento, o Novo é aquilo que permite à fruição

⁵ O termo *Revolução Permanente* tem origem em Marx na redação de sua *Mensagem à Liga dos Comunistas*, em 1850. Neste texto, Marx escreve: “A atitude do partido operário revolucionário diante da democracia pequeno-burguesa é a seguinte: marcha com ela na luta pelo derrocamento daquela fração a cuja derrota aspira o partido operário; marcha contra ela em todos os casos em que a democracia pequeno-burguesa quer consolidar sua posição em proveito próprio. Mas a máxima contribuição à vitória final a farão os próprios operários alemães a partir da consciência de seus interesses de classe, ocupando o quanto antes uma posição independente de partido e impedindo que as frases hipócritas dos democratas pequeno-burgueses os apartem um único momento da tarefa de organizar com toda a independência o partido do proletariado. Seu grito de guerra há de ser: a revolução permanente”. A este caráter *permanente* do processo revolucionário, que alia-se ao caráter em certo momento revolucionário da pequena-burguesia para logo em seguida atingir a revolução proletária, a teoria da *Revolução Permanente* de Trotsky acrescerá a transcendência da revolução em âmbito nacional para, num momento seguinte, o âmbito internacional.

estética a consciência do próprio exercício da sensibilidade. Marcel Proust escreve: “Não conhecemos verdadeiramente a não ser o que é novo, aquilo que introduz bruscamente em nossa sensibilidade uma mudança de tom que nos atinge, aquilo que o hábito ainda não substituiu por seus pálidos fac-símiles” (PROUST, *À LA RECHERCHE DU TEMPS PERDU*, IV – ALBERTINE DISPARUE).

Mais que irromper no presente, o Novo faz com que o criador com o presente não se contente e, abrindo caminhos, aponte para o futuro. Tal é o papel da vanguarda artística, correlata à vanguarda política. E foi desta forma que Arthur Schopenhauer, filósofo de cabeceira de Arnold Schönberg, e que tão bem definira o *gênio* artístico – conceito tão mal compreendido e preconceituosamente categorizado como uma noção “burguesa” –, referiu-se, em sua *Metaphysik des Schönen*, à “nervosidade” dos indivíduos geniais: “[...] O presente raramente lhes é suficiente, porque na maior parte das vezes não preenche sua consciência, na medida em que é demasiado insignificante. Daí o empenho infatigável pela procura incessante de objetos novos, dignos de contemplação” (SCHOPENHAUER, *METAFÍSICA DO BELO*).

Controle absoluto versus imponderabilidade

A arte é, pois, o domínio da plena *consciência* e, por conseguinte, da quase desesperada – mas em geral muito prazerosa – busca por um total *controle* do feito artístico, pois o Novo é aquilo que desperta a consciência plena:

“Qualquer sucessão de eventos nos quais tomemos parte por meio de sensações, percepções e, possivelmente, de ações, gradualmente cairá para fora do domínio da consciência quando a mesma sequência de eventos se repetir, da mesma maneira e com elevada frequência. Mas será imediatamente elevada à região consciente se, em tal repetição, a ocasião ou as condições ambientais encontradas em sua busca diferirem daquelas que existiram em todas as incidências anteriores.” (SCHRÖDINGER, *O QUE É A VIDA?*)

O físico Erwin Schrödinger chama-nos a atenção, pois, para o fato de os processos orgânicos “associarem-se à consciência na medida em que são novos”,⁶ e quando Trotsky discorria acerca do papel considerável que desempenham os processos subconscientes na obra de arte, não o fez em vão: reconhecer a interferência de processos subconscientes é, ao mesmo tempo, enaltecer a busca da consciência plena das articulações e dos jogos de linguagem ao elaborar uma obra de arte, pois que apenas com a plena consciência dos processos e almejando-se um controle o mais rigoroso das técnicas de escritura é que pode-se dar vazão a um afloramento genuíno dos processos inconscientes ou subconscientes. Em outras palavras, quanto mais controle se procura ter do objeto artístico, mais autêntico aquilo que, apesar de todo controle, brota de imponderável, imprevisível e inesperado. É, pois, no exercício de um chamado à consciência que

⁶ Pensamento este em total convergência com o que afirma o neurobiólogo francês Jean-Pierre Changeux em diálogo com os compositores Pierre Boulez e Philippe Manoury: “A imagem cerebral da resposta à novidade revela no homem uma ativação dos córtex pré-frontal e temporal, assim como do córtex cingulado que fazem parte dos territórios cerebrais que intervêm no acesso à consciência, [...] o que ilustra a ideia de uma ‘tomada de consciência’ despertando um interesse pela novidade” (BOULEZ & CHANGEUX & MANOURY, *LES NEURONES ENCHANTÉS – LE CERVEAU ET LA MUSIQUE*).

acessamos a porta de nosso inconsciente; e é nisso que consistiu a revolução da psicanálise freudiana.

Nesse sentido, as poéticas do acaso em arte – tal como o surrealismo –, são estéticas periféricas ou minoritárias, e mesmo tendo originado obras de valor, acabam sempre transparecendo uma clara e consciente postura do artista diante de sua criação. O artista não pode se furtar à sua responsabilidade diante do feito artístico; ele é, desta forma – e mesmo quando se pronuncia em sentido contrário –, a encarnação de sua própria consciência diante do Novo que deseja instituir: e é assim que se coloca, mesmo quando realiza mais sínteses do que inovações, na vanguarda estética de sua época.⁷

Liberdade e Utopia

Por todas as suas características e por sua essência especulativa, inventiva, a arte não aceita e nem poderia aceitar qualquer coerção. É o terreno da liberdade plena, pois que sem liberdade não pode haver pensamento especulativo. A obra de arte encerra em si, portanto, a *possibilidade do impossível*, sob o risco do erro, mesmo não se furtando o artista de sua enorme responsabilidade social e histórica – social, porque “até o discurso mais solitário do artista vive do paradoxo [...] de falar aos homens” (ADORNO, *PHILOSOPHIE DER NEUEN MUSIK*); histórica, porque mesmo quando enseja uma ruptura, o artista não deixa de se inserir na trama intertextual da história de sua linguagem e da linguagem dos homens. A obra de arte, por isso, é o lugar onde sonha-se acordado, no sentido do *Tagtraum* (*sonho diurno*) de que falava o filósofo marxista Ernst Bloch,⁸ institui, assim, uma *Utopia tópica*: é o lugar ou ambiente, criado pelo artista, em que vive-se, com liberdade plena, o que ele a nós propõe, podendo-se, como espectador, sair deste mundo quando bem se queira e abandoná-lo, ou amar esse novo mundo e revisitá-lo. A liberdade da criação é correlata à liberdade de seu usufruto.

Por todas as suas leis gerais, somadas às suas leis específicas, vemos que os métodos marxistas são insuficientes para lidar com o fenômeno artístico, e, por conseguinte, qualquer controle exercido sobre a atividade artística criadora só poderá advir daqueles que desconhecem por completo a essência da criação artística e do próprio marxismo: “[...] No campo da literatura e da arte, não queremos suportar nem a tutela ‘trotskista’ nem a stalinista. [...] Um poder autenticamente revolucionário não pode nem quer se dar a tarefa de ‘dirigir’ a arte, e menos ainda dar-lhe ordens, nem antes e nem depois da tomada do poder. [...] A arte pode ser o grande aliado da

⁷ Em um texto de 17 de junho de 1938 (“El arte y la Revolución”), Trotsky escreve: “[...] São pequenos grupos que fizeram a arte progredir. Quando dada tendência artística dominante esgotou seus recursos criativos, separam-se dela ‘escombros’ criativos que souberam olhar o mundo com novos olhos”.

⁸ Arno Münster esclarece a respeito de Bloch: “Os sonhos diurnos são sempre orientados para o futuro, ao passo que os sonhos noturnos têm uma relação privilegiada com o passado [...]” (MÜNSTER, ERNST BLOCH – *FILOSOFIA DA PRÁXIS E UTOPIA CONCRETA*). É nesse sentido que Bloch fala de uma *Utopia concreta assentada sobre os pés*: “O ponto de contato entre o sonho e a vida, sem o qual o sonho é apenas uma utopia abstrata, e a vida, então, apenas trivialidade, é dado na capacidade utópica assentada sobre os pés, conectada com a realidade possível” (BLOCH, *DAS PRINZIP HOFFNUNG*)

Revolução na medida em que seja fiel a si mesma”⁹ (TROTSKY, *SOBRE ARTE Y CULTURA*).

O erro e o acerto surrealistas

Ao assumir o acaso como estratégia principal, o artista acaba abrindo mão da busca do controle total de seus materiais – mesmo sabendo que tal controle pleno será inatingível – e promove à primeira instância das elaborações artísticas aquilo que jamais emergirá na superfície da consciência sem abrir mão do que é: o subconsciente. Tal foi o erro fundamental – mas um erro que não deixou, frisemos mais uma vez, de dar origem a algumas obras de valor histórico – do Surrealismo, talvez a mais inconsistente das vanguardas históricas no campo das artes: assentar sua poética na crença de que o inconsciente pudesse constituir a instância primeira das elaborações artísticas.



A escritura “automática”, como queria André Breton em literatura, é, pois, uma ilusão, uma vez que todo processo de elaboração criativa, e portanto necessariamente interferente (pois visando um Novo), passa irrevogavelmente por opções conscientes do criador. Compreendeu-se mal o que Sigmund Freud formulava acerca do inconsciente, e o Surrealismo foi, a rigor, um ledoo engano. O próprio Trotsky, nas discussões que entretiveu com Breton com vistas à elaboração do Manifesto da F.I.A.R.I. (Federação Internacional da Arte Revolucionária Independente), esboçou suas dúvidas quanto ao emprego do acaso por Breton, como relata o poeta francês em seu discurso na concentração organizada pelo Partido Operário Internacionalista em comemoração ao aniversário da Revolução de Outubro em 11 de novembro de 1938, em Paris.

⁹ O pensamento é diametralmente oposto à conclusão a que chegara Lunatchárski quando discorre sobre em que consistiria a crítica marxista. A julgar pelo conteúdo de determinada obra, a crítica marxista deveria, na visão daquele que viria a se tornar um dos defensores do Realismo Socialista stalinista, exercer até mesmo a censura: “[...] Entra em cena não a crítica marxista, mas a censura marxista”; ou ainda: “Os limites de liberdade que podemos conceder em um tempo de luta dependem da severidade com a qual avaliaremos esse tipo de ‘romântico’ e, se o aparato estatal considerar necessário deixar passar essas obras, ou as deixe escapular, ou por um engano, ou por falta de vigilância (apesar de ele ser extremamente vigilante), então a crítica precisa, de todo modo, removê-los com a maior força [...]. Não, vocês me perdoem, aqui não há lugar para este tipo de tolerância” (LUNATCHÁRSKI, *REVOLUÇÃO, ARTE E CULTURA*).

Teria lhe dito Trotsky: “Camarada Breton, o interesse que você dedica aos fenômenos de acaso objetivo não me parece claro” (TROTSKY & BRETON, *POR UMA ARTE REVOLUCIONÁRIA INDEPENDENTE*). O Manifesto, como se sabe, foi redigido por Breton, corrigido por Trotsky e assinado, no México a 25 de julho de 1938, por Breton e Diego Rivera (Trotsky achou por bem não assiná-lo, pois abstendo-se, transpareceria a autoria clara dos artistas), e centra questão nas condições sociais e políticas da arte e na necessidade da afirmação de sua liberdade, mas ele não trata, obviamente, de questões eminentemente artísticas, ficando o emprego do acaso e a discussão acerca da pertinência ou não de seu uso fora do âmbito do documento. O diálogo relatado por Breton bem demonstra, entretanto, que a aproximação de Trotsky com o Surrealismo pautou-se sobretudo por uma estratégia política, e não por um viés propriamente artístico.

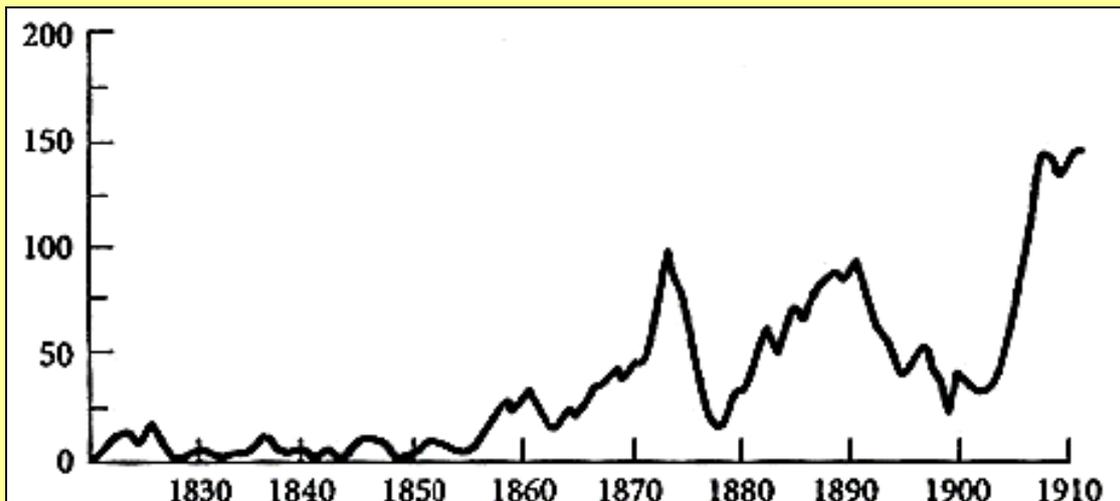
E justamente nesse ponto reside a importância do Manifesto. Ainda que aliado a um movimento artístico – arriscamo-lo a dizer – de pouca consistência ou no mínimo questionável, Trotsky alia-se, sintomaticamente, a uma corrente artística que, mesmo se incorrendo no risco do erro, adquiria grande projeção como corrente da vanguarda artística internacional e colocava-se em crassa oposição ao raso realismo imposto pelo totalitarismo stalinista: o Realismo Socialista.

De projeção internacional foi também, à época do Manifesto e depois dele, a oposição ao Realismo Socialista pela esquerda anti-stalinista. Num importante texto intitulado “Realismo não é realidade” (de 11 de maio de 1957), o revolucionário brasileiro, certamente o maior crítico de arte do Brasil, Mário Pedrosa, bem afirmaria em sua conclusão: “Não se pode pôr nenhum ismo na realidade” (PEDROSA, *POLÍTICA DAS ARTES – TEXTOS ESCOLHIDOS*). A crítica de Pedrosa voltava-se ao Realismo Socialista stalinista, ainda predominante na cultura soviética naquele final da década de 1950, mas sua oposição ecoa, na verdade, os brados do Manifesto trotskista de 19 anos atrás. E, nesse ponto, o Surrealismo empreendeu talvez seu maior acerto: afirmar-se como a corrente que mais claramente se opôs à barbárie cultural que o stalinismo impôs não somente aos artistas, mas a toda a população sob o domínio soviético.

Dez anos depois deste seu breve texto em oposição ao jdanovismo cultural, Pedrosa ainda voltaria ao tema (no texto “A Revolução nas artes”, de novembro de 1967) e, referindo-se inicialmente à postura radicalmente aberta e estimuladora de Trotsky perante à arte de vanguarda de seu tempo (mais especificamente à obra de Vladimir Tatlin em seu *Literatura e Revolução*), proclama: “Eis aí a linguagem racional, honesta, de um dos grandes construtores do regime, em face dos projetos mais livres e audaciosos dos seus artistas. Mas tudo mudou depois; a arte dos mais autênticos artistas revolucionários russos é expulsa, jogada nos porões dos museus e muitos deles são obrigados a exilar-se ou esconder-se ou capitular moral e esteticamente diante dos poderes cada vez mais distantes e amedrontadores do dia, no ano mesmo em que Trotsky é também expulso da própria Rússia soviética, em 1929, e transformado num herético tangido de país em país, até morrer assassinado por um agente de Stalin, no México, em 1940, às vésperas da invasão da Rússia dos soviéticos, sua terra e sua obra também, pelas hordas de Hitler” (PEDROSA, *POLÍTICA DAS ARTES – TEXTOS ESCOLHIDOS*). [Continua]

Flo Menezes

A INTERNACIONAL SOCIALISTA E O IMPERIALISMO



Exportações britânicas de capital 1820-1915, em milhões de libras esterlinas: note-se o aumento espetacular após a depressão mundial iniciada em meados da década de 1870, e depois da crise da virada do século

Dois autores franceses afirmaram que “até 1914, faltava à teoria do partido de Lênin o mesmo que à teoria da revolução permanente de Trotsky: a análise do imperialismo, época de guerras e revoluções, era da revolução mundial do proletariado”.^x Ora, em 1914 já existiam estudos sobre as bases econômicas e sociais do imperialismo (e teorias a respeito) e, durante a guerra mundial, os livros de Bukhárin e Lênin sobre a questão foram publicados, mas as divergências na socialdemocracia russa continuaram. A questão em debate era precisar a conexão entre um fenômeno “geopolítico” de importância cada vez maior com as leis e tendências gerais do capitalismo.

O debate reformulava uma questão que já tinha mais de meio século de existência: “(O termo ‘imperialismo’) desde seus primórdios, na década de 1840, mudou seu significado doze vezes, e ninguém da geração atual está ciente de seu primeiro significado ou dos significados subsequentes que esse termo possuía nos dias de Palmerston e Disraeli. Hoje, a palavra pode ser encontrada aplicada a sistemas de controle mantidos em um território por colonos densamente povoados do povo dominante, mas também à influência política exercida por agências militares e administrativas, ou mesmo à influência de interesses comerciais que conseguiram se impor no país dependente. O domínio chamado de ‘imperialista’ pode ter se originado na conquista ou em tratados concluídos com governantes indígenas. O valor prático da dominância parece na maioria dos casos se materializar nos retornos financeiros. Mas o imperialismo também pode ser pensado como constantemente preocupado em garantir posições internacionais estratégicas avançadas”.^{xi}

No passado, o colonialismo tinha estado estreitamente vinculado ao tráfico intrnacional de escravos, que sobreviveu até depois de meados do século XIX. Em carta a Engels (de 1860), Marx afirmava que a luta

contra a escravidão era “a coisa mais importante que estava acontecendo no mundo”. Karl Marx não foi original devido a pôr em evidência as iniquidades da escravidão africana, o que era um consenso na “sociedade ilustrada” europeia, mas por situá-la no contexto do desenvolvimento do modo de produção capitalista: “No Brasil, no Suriname, nas regiões meridionais da América do Norte, a escravidão direta é o pivô em cima do qual nosso industrialismo de hoje faz girar a maquinaria, o crédito, etc. Sem escravidão não haveria nenhum algodão, sem algodão não haveria nenhuma indústria moderna. *É a escravidão que tem dado valor às colônias*, foram as colônias que criaram o comércio mundial, e o comércio mundial é a condição necessária para a indústria mecânica em grande escala. Conseqüentemente, *antes do comércio de escravos, as colônias davam muito poucos produtos ao mundo velho, e não mudaram visivelmente a face do mundo*. A escravidão é conseqüentemente uma categoria econômica de suprema importância. Sem escravidão, a América do Norte, a nação a mais progressista, ter-se-ia transformado em um país patriarcal. Risque-se apenas a América do Norte do mapa dos povos e ter-se-á a anarquia, a decadência completa do comércio e da civilização modernos. Mas fazer desaparecer a escravatura seria riscar a América do mapa dos povos. Por isso a escravatura, sendo uma categoria econômica, se encontra desde o começo do mundo em todos os povos. Os povos modernos só souberam disfarçar a escravatura no seu próprio seio e importá-la abertamente no Novo Mundo”.^{xii} *Não eram as colônias as que precisavam de escravos (havia colônias sem escravos), mas a escravidão a serviço da acumulação capitalista a que precisava de colônias.*

Diversa era a situação em finais do século XIX: no esteio da Inglaterra, todas as grandes potências tinham decretado a proibição da escravidão; a nova *percée* europeia na África e no mundo colonial era realizada, com outros objetivos, em nome da liberdade de comércio e de investimento. Em 1843, quando era quase o único país exportador de capital, a Inglaterra

^x Pierre Foulan (codinome de Pierre Fougeyrollas e Denis Collin). *Introduction à l'Étude du Marxisme*. Paris, SELIO, sdp.

^{xi} Richard Koebner e Helmut Dan Schmidt. *Imperialism*. The story and significance of a political word, 1840-1960. Londres, Cambridge University Press, 1964.

^{xii} Karl Marx. Carta a Pável V. Annkov (1846).

possuía títulos da dívida pública dos países da América por valor de 120 milhões de libras esterlinas (vinte vezes mais que o montante dos investimentos britânicos além-mar nas maiores 24 companhias mineiras). Em 1880, o montante desses mesmos títulos, da América Latina, dos EUA e do Oriente, de posse da Inglaterra, já ascendia a 820 milhões de libras esterlinas, sete vezes mais. A exportação de capitais não tinha substituído, mas acompanhado, o crescimento da corrente comercial: a partir de 1840 verificara-se uma forte expansão do comércio externo britânico; em 1860, as exportações inglesas já representavam 14% da renda nacional, percentual que cresceu até atingir, nas vésperas da guerra mundial, 40% dessa renda.^{xiii}

No que diz respeito ao aspecto financeiro, em 1915, calculava-se em 40 bilhões de dólares (200 bilhões de francos), os capitais exportados pela Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Holanda, cifra que superava folgada e qualitativamente aquelas correspondentes ao mesmo rubro no século XIX. No que concerne à disputa estratégica, na virada para o século XX, com a Conferência de Berlim (1885) e a “corrida colonial” das potências europeias, o debate sobre a questão deixou de se referir a uma dominação imperial em particular (a britânica) e cada vez mais a um *sistema*, baseado numa rede econômica e dotado de suas próprias características, vinculadas com as do modo de produção capitalista, e nesse sentido foi objeto de discussão por parte de autores socialistas e marxistas. A questão dividiu a Internacional Socialista e o movimento operário na década que precedeu o enfrentamento bélico mundial. Posta no primeiro plano da política internacional, ela não preocupou apenas socialistas: o primeiro estudo clássico sobre o imperialismo (modelo para muitos que o seguiram), escrito em inícios do século XX, foi obra do economista liberal inglês John A. Hobson, e referido basicamente (embora não somente) ao colonialismo e ao “império informal” britânico.^{xiv}

Os motivos eram fortes. O império inglês conhecera um desenvolvimento fulminante no último quartel do século XIX. Em 1879, Inglaterra empreendeu a “segunda guerra afegã”, que criou um “Estado tampão” (o Afeganistão) entre ela e a expansão oriental da Rússia. Na China, os ingleses estabeleceram-se em Xangai, Hong-Kong e outros pontos costeiros e insulares. Na África, graças às iniciativas de Cecil Rhodes, alimentou-se cada vez mais o sonho de construir um império inglês ininterrupto entre o Cairo, no Egito, e a Cidade do Cabo, na África do Sul, o que foi parcialmente conseguido depois da Conferência de Berlim, que legitimou a anexação inglesa de todos os territórios ao longo desse corredor (Egito, Sudão, Quênia, Rodésia - que tomou seu nome do paladino do Império Britânico na África - e Transvaal). A expansão colonial-militar inglesa, porém, já suscitava reações negativas na metrópole, incluídas as dos setores burgueses que

preferiam uma forma menos custosa e mais segura de garantir os lucros advindos dos investimentos externos e do comércio internacional: Hobson propôs, em finais do século XIX, aos círculos dirigentes ingleses, a retirada do país da Índia.

A aquisição de novos territórios africanos fora uma medida defensiva dos expansivos interesses mundiais ingleses que sofriam o ataque de outras potências. Nas últimas décadas do século XIX o empresário inglês Cecil Rhodes impulsionou o projeto britânico de construção da ferrovia que ligaria o Cairo ao Cabo, projeto nunca realizado. Rhodes foi um dos fundadores da companhia De Beers, que detinha em finais do século XX 40% do mercado mundial de diamantes (já teve 90%). Sua divisa pessoal era “*so much to do, so little time...*” (Tanto para fazer, tão pouco tempo...). A Companhia Britânica da África do Sul foi criada por Rhodes através da fusão da *Central Gold Search Association*, empresa liderada por Charles Rudd, e da *Exploring Company, Ltd*, de Edward Arthur Maund. Em um período de menos de dez anos, Rhodes e sua companhia tinham invadido ou levado a autoridade imperial britânica a se impor sobre uma região correspondente às modernas Botswana, Zimbábue, Zâmbia, e Malawi, uma área equivalente a três vezes o tamanho da França.

Rhodes, em um de seus testamentos, escreveu: “Considerarei a existência de Deus e decidi que há uma boa chance de que ele exista. Se ele realmente existir, deve estar trabalhando em um plano. Portanto, se devo servir a Deus, preciso descobrir o plano e fazer o melhor possível para ajudá-lo em sua execução. Como descobrir o plano? Primeiramente, procurar a raça que Deus escolheu para ser o instrumento divino da futura evolução. Inquestionavelmente, é a raça branca... Devotarei o restante de minha vida ao propósito de Deus e a ajudá-lo a tornar o mundo inglês”. Rhodes morreu e foi enterrado em 1902 nas colinas de Matobo, na África do Sul, onde ele dominara uma rebelião dos matabeles, que assim mesmo vieram ao seu enterro. A cerimônia foi cristã, mas os chefes matabeles pagaram tributos a Rhodes de acordo com as suas crenças.^{xv}

No quadro dessa corrida colonial, a África perdeu qualquer independência política. Os franceses expandiram-se para o interior e para Sul africanos, criando em 1880, a colônia do Sudão Francês (atual Mali); nos anos que se seguiram, ocuparam grande parte do Norte de África e da África ocidental e central. Leopoldo II da Bélgica, por sua vez, “usava um de seus Estados, o Congo, para fortalecer seu outro Estado, a Bélgica. Sonhava com prosperidade econômica, estabilidade social, grandeza política e orgulho nacional. Na Bélgica, claro – caridade bem entendida começa em casa. Reduzir seu empreendimento a um enriquecimento pessoal não faz justiça aos motivos nacionais e sociais de seu imperialismo. A Bélgica era ainda jovem e instável; com o Limburgo holandês e o

^{xiii} Paul Bairoch. *Revolución Industrial y Subdesarrollo*. México, Siglo XXI, 1967.

^{xiv} John A. Hobson. *L'Imperialismo*. Roma, Newton & Compton, 1978 [1902].

^{xv} Martin Meredith. *Diamonds, Gold and War*. Nova York, Public Affairs, 2007. A *Rhodes Scholarship* é ainda hoje uma prestigiosa bolsa internacional para estudantes externos na Universidade de Oxford na Inglaterra.

Luxemburgo tinha perdido importantes porções de seu território; católicos e liberais estavam dispostos a se devorar crus; o proletariado começava a se movimentar: um coquetel explosivo. O país parecia ‘uma caldeira sem válvula de escapamento’, segundo Leopoldo. O Congo se transformou nessa válvula”.^{xvi}

Na Europa, Leopoldo II apresentava sua “obra” colonial com uma aureola de altruísmo humanitário, de defesa do livre comércio e de luta contra o comércio de escravos, mas, na África, expropriava os povos locais de todas suas terras e recursos, com seu exército privado, que submetia à população a trabalhos forçados. A crueldade repressiva incluía assassinatos, violações, mutilações e decapitações. Dez milhões de congolezes, estimadamente, perderam a vida entre 1885 (ano do reconhecimento internacional do “Livres Estado do Congo”) até 1908 (alguns autores elevam essa cifra até vinte milhões). Leopoldo II morreu em 1909; durante seu reinado a população do Congo se reduziu em mais de dois terços (de trinta para nove milhões de habitantes nativos). A história colonial do Congo expõe um dos genocídios mais sangrentos da era contemporânea.

Na penúltima década do século XIX acelerou-se a divisão da África. Ameaçados, os chefes africanos cediam o poder a comandantes de tropas europeias. Outros assinavam tratados de proteção, na ignorância de que transferiam aos estrangeiros a soberania sobre suas terras, riquezas e habitantes: julgavam estar arrendando ou cedendo para uso provisório um certo território, como de praxe quando um estrangeiro pedia o privilégio e a honra de viver e comerciar entre eles. Se espantavam quando dois grupos de homens brancos de língua diferente disputavam entre si com violência essa honra e esse privilégio, em vez de compartilhá-lo. Em 1885, Portugal conseguiu firmar com o rei Glelé, do Danxomé, o tratado de Aguanzum, que estabelecia o protetorado português sobre o litoral, dando-lhe direitos sobre o interior. Os franceses, que haviam renovado com o mesmo rei o acordo de 1878, de cessão de Cotonu, reagiram prontamente, obrigando Lisboa, em 1887, a renunciar a suas pretensões.

Pela Conferência de Berlim, “os territórios que hoje correspondem a Ruanda e Burundi foram atribuídos à Alemanha. Assim, em 1894, o Conde Von Götzen se tornou o primeiro homem branco a visitar Ruanda e sua corte, e, em 1897, instalou os primeiros postos administrativos e impôs o governo indireto. Porém, em 1895 havia falecido o *mwami* Rwabugiri, desencadeando-se violenta luta pela sucessão entre os tutsis. Em consequência, os líderes dos clãs mais fracos passaram a colaborar com os chefes alemães, que concederam a membros da elite tutsi proteção e liberdade, o que lhes permitiu consolidar a posse sobre terras e submeter os hutus”;^{xvii} e “completou a Conferência de Berlim uma outra, ainda mais sinistra e ameaçadora, do ponto de vista africano: a de Bruxelas,

em 1890. Chamaram-lhe sintomaticamente Conferência Antiescravagista, e o texto que nela se produziu é um violento programa colonizador. Tudo dentro da melhor lógica política, pois afinal fora em nome da luta contra o tráfico negreiro e a escravidão que a Europa começara a ocupar a África. Como os europeus partiam do princípio, de todo equivocado, de que na África não havia governos, o artigo primeiro da Ata Geral da Conferência recomendava a ‘organização progressiva dos serviços administrativos, judiciais, religiosos e militares nos territórios sob a soberania ou o protetorado de nações civilizadas’, a instalação de fortes no interior do continente e nas margens dos rios, a construção de estradas de ferro e de rodagem e a proteção da livre navegação pelas vias fluviais, ainda que em áreas sobre as quais os europeus não tinham sequer arremedados de jurisdição”.

Prossegue o mesmo autor: “Uma das principais disposições era aquela que restringia a compra de armas de fogo pelos africanos, por serem eles instrumentos de escravização. Imposto o domínio colonial, a consciência europeia deixou de considerar urgente o fim da escravidão. Esta continuou a existir como atividade legal até 1901 no sul da Nigéria, até 1910 em Angola e no Congo, até 1922 em Tanganica, 1928 na Serra Leoa e 1935 na Etiópia... Os impérios, reinos e cidades-estado da África eram entidades políticas inexistentes para os diplomatas europeus que participaram das Conferências de Berlim e de Bruxelas. Não os tinham como interlocutores. Mas, quando seus países tiveram de ocupar os terrenos que dividiram no mapa, e seus militares de tornar efetivos tratados de protetorado que para os soberanos da África eram contratos de arrendamento ou empréstimo de terras, toparam a resistência de estados com firmes estruturas de governo e povos com forte sentimento nacional.

“Venceram-nos, graças aos fuzis de cartucho e de fechadura a ferrolho, à metralhadora e aos canhões sobre rodas, contra os quais os africanos opunham a lança, a azagaia, o arco-e-flecha, as espingardas de pederneira ou de agulha e cápsula fulminante, que se carregavam pela boca, e os velhos canhões imobilizados no solo ou de difícil transporte. Venceram-nos porque souberam jogar os povos vassalos contra os senhores e os inimigos tradicionais uns contra os outros. Assim, os britânicos usaram os ibadãs contra ljebu Ode e os fantes contra os achantis. Assim, os franceses juntaram às suas tropas as de Quêto, para dar combate ao Danxomé, e as bambaras, para fazer frente aos tucolores de Ahmadu. Venceram-nos, mas algumas vezes com grande dificuldade e após demorada luta”.^{xviii}

Nas metrópoles, os partidos socialistas se opuseram (foram os únicos a fazê-lo) à onda de investidas colonialistas na África. Em março de 1885, depois do ataque britânico contra a Alexandria, a *Socialist League* inglesa distribuiu em todo o país milhares de cópias de uma declaração em que se lia: “Uma guerra injusta e

^{xvi} David Van Reybrouck. *Congo. Une histoire*. Paris, Actes Sud/Fond Flammand des Lettres, 2012.

^{xvii} Marina Gusmão de Mendonça. *Guerra de Extermínio: o Genocídio em Ruanda*. Simpósio *Guerra e História* (2010).

^{xviii} Alberto da Costa e Silva. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. Estudos Avançados* vol. 8, nº 21, São Paulo, Universidade de São Paulo, maio-agosto de 1994.

malvada foi desencadeada pelas classes dominantes e proprietárias deste país, com todos os recursos de civilização, contra um povo mal armado e semibárbaro, cujo único crime é o de ter se rebelado contra a opressão estrangeira, que as próprias classes mencionadas admitem ser infame. Dezenas de milhares de trabalhadores, tirados da atividade neste país, foram desperdiçados para realizar uma carnificina de árabes, pelas razões que seguem: 1) Para que África Oriental possa ser ‘aberta’ ao envio de mercadorias com data vencida, péssimas bebidas alcoólicas, doenças venéreas, bibelôs baratos e missionários, tudo para que comerciantes e empresários britânicos possam fincar seu domínio sobre as ruínas da vida tradicional, simples e feliz, dos filhos do deserto; 2) Para criar novos e vantajosos postos de governo para os filhos das classes dominantes; 3) Para inaugurar um novo e favorável terreno de caça aos esportistas do exército que acham tediosa a vida na pátria, e estão sempre prontos para um pequeno genocídio de árabes, quando exista a ocasião.. Mas, quem é que vai ao combate nesta e em análogas ocasiões? As classes que estão à procura de mercados? São elas as que constituem a tropa de nosso exército? Não! São os filhos e os irmãos da classe trabalhadora de nosso país. Que por um soldo miserável são obrigados a servir nestas guerras comerciais. São eles que conquistam, para as ricas classes médias e superiores, novos países a serem explorados e novas populações para serem despojadas...”^{xix}

Assinavam a declaração 25 responsáveis socialistas e operários ingleses, encabeçados por Eleanor Marx-Aveling, filha caçula de Karl Marx e provavelmente autora do documento, pois era responsável pela rubrica internacional do jornal socialista inglês. Na Internacional Socialista, fundada em 1889, no entanto, ganharam força os posicionamentos que justificavam a colonização africana (e outras) em nome da “missão civilizadora” da Europa. Os socialistas revolucionários, anti-imperialistas, sustentavam que a guerra colonial era a maneira de manter os privilégios das grandes burguesias metropolitanas e a condição para que se mantivesse o nível de vida de parcelas privilegiadas do proletariado europeu (Marx e Engels já tinham apontado esse fato no que dizia respeito à atitude do operário inglês em relação à colonização da Irlanda).

Nas metrópoles colonizadoras, surgia uma nova figura, o “colonizador de esquerda (que) não detém o poder, suas afirmações e promessas não têm nenhuma influência sobre a vida do colonizado. Ele não pode, além disso, dialogar com o colonizado, fazer-lhe perguntas ou pedir garantias... O colonizador que recusa o fato colonial não encontra em sua revolta o fim de seu mal-estar. Se não suprime a si mesmo como colonizador, ele se instala na ambiguidade. Se rejeita essa medida extrema, concorre para confirmar e instituir a relação colonial, a relação concreta de sua existência com a do colonizado. Pode-se compreender que seja mais confortável aceitar a colonização, percorrer até o fim o caminho que leva do colonial ao colonialista. O

colonialista, em suma é apenas o colonizador que se aceita como colonizador”.^{xx}

Em reação à partilha colonial da África, em finais do século XIX, surgiu nas Américas o pensamento pan-africanista, com dois líderes negros que vincularam a África com sua diáspora no Caribe: Silvestre Williams e George Padmore. O primeiro era advogado, nascido em Trinidad Tobago. Em 1900, organizou em Londres uma conferência para protestar contra o açambarcamento das terras da África pelos europeus, que foi o ponto de partida do pan-africanismo político, retomado pelo dirigente socialista afro-americano W. E. du Bois, de família haitiana, nos EUA, quem escreveu que “o grande teste para os socialistas americanos seria a questão negra”. Marcus Garvey, nascido na Jamaica, fundou nos EUA a UNIA (Associação Universal para a Superação do Negro), que abriu mais de mil filiais em quarenta países; contra a NAACP (*National Association for the Advance of Colored People*) Garvey buscava aprofundar as distâncias entre trabalhadores brancos e negros, e unificar trabalhadores e capitalistas negros no mesmo movimento econômico e político. Marcus Garvey chegou a se apresentar como o verdadeiro criador do fascismo. O movimento negro se expandiu simultaneamente na África, na Europa e nas Américas. Um hibridismo cultural, que impactou a cultura mundial, se desenvolveu a partir da diáspora mundial africana, que preservou suas raízes e as adaptou ao meio em que populações de origem africana tinham sido forçadas a se deslocar.

O motivo era bem claro: o racismo “científico” foi uma componente da corrida colonial das potências, de modo perfeitamente explícito: “Era uma doutrina com múltiplos aspectos, sedutores pela sua modernidade prospectiva civil, que a distinguia da longa e brutal conquista da Argélia ou das impopulares expedições longínquas do Segundo Império. Ela repousava sobre a total ignorância das estruturas sócias e mentais dos indígenas, imaginados prontos a colaborar, e sobre a convicção ingênua de que a única civilização era a ocidental; as ‘raças inferiores’ só poderiam aspirar a elevar-se até ela para usufruir de seus benefícios. Isto supunha que na França industriais e banqueiros estavam dispostos a fornecer para isso os meios necessários”.^{xxi} No Reino Unido, Rudyard Kipling celebrou e popularizou a ideia do “fardo do homem branco”, com sua suposta “obrigação moral” de levar a civilização para os povos atrasados e “incivilizados”. A expedição de Robert Livingston em busca das nascentes do Nilo ganhou ares de epopeia civilizadora.

A chamada “ciência das raças” encontrava-se em voga na Europa e, nos estudos sobre os povos da África Central, prevalecia a hipótese hamítica, proposta pelo explorador inglês John Hanning Speke, em 1863. Segundo essa “ciência”, a civilização teria sido introduzida na África por um povo caucasóide branco de origem etíope, descendente do Rei Davi e, portanto,

^{xx} Albert Memmi. *Retrato do Colonizado*. Precedido do retrato do colonizador. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

^{xxi} Henri Brunschwig. *Le Partage de l'Afrique Noire*. Paris, Flammarion, 1971.

^{xix} Apud Yvonne Kapp. *Eleanor Marx*. Turim, Einaudi, 1980.

superior aos negros nativos. Para Speke, essa “raça” seria de cristãos perdidos... Assim, foi em nome de seu “progresso” que “as potências coloniais dividiram à África, rapidamente e sem dor, no decorrer dos últimos vinte anos do século XIX, pelo menos no papel. As coisas, porém, foram totalmente diferentes no próprio terreno africano. A larga difusão das armas na população local, os códigos de honra militares e uma longa tradição de hostilidade a todo controle externo, transformaram a resistência popular africana à conquista europeia muito mais temível que a da Índia. As autoridades coloniais se esforçaram em criar Estados em um continente pouco povoado mas turbulento, dispendo de vantagens técnicas: poder de fogo, transportes mecânicos, competências médicas, escrita. Os Estados assim criados não passavam de esqueletos aos quais as forças políticas africanas davam carne e vida. Cada colônia teve que desenvolver uma produção especializada em direção do mercado mundial, o que determinou uma estrutura econômica que sobreviveu a todo o século XX”.^{xxii}

O racismo era explícito, e também publicamente exposto. No Jardim de Aclimação, em Paris, e depois em outras capitais europeias, foi organizada a exposição de “selvagens” de diversos pontos do planeta, em especial da África. A mania europeia de ver humanos “primitivos” se espalhou. Caçadores especializados em trazer animais selvagens para a Europa e os Estados Unidos foram instruídos para buscar vida humana “exótica”. Assim, houve exposições de esquimós, cingaleses, kalmuks, somalis, etíopes, beduínos, núbios do Alto Nilo, aborígenes australianos, guerreiros Zulu, índios Mapuche, ilhéus Andaman do Pacífico Sul, caçadores de cabeças de Bornéu: os “zoológicos humanos” se espalhavam na Alemanha, na França, Inglaterra, Bélgica, Espanha, Itália e Estados Unidos. Representantes de grupos étnicos exóticos se tornaram destaque das “feiras mundiais”, em exposições propostas como experiências educacionais pelos governos e as empresas que lucravam com elas.



O desenvolvimento econômico africano não foi deformado, mas simplesmente afundado e destruído. O colonialismo africano, porém, foi o rebento tardio e final do imperialismo europeu. A concorrência entre as potências originou conflitos entre elas: desde o início da década de 1880 até ao início do século XX, as relações anglo-francesas nunca foram serenas, tanto em relação

^{xxii} John Iliffe. *Les Africains*. Histoire d'un continent. Paris, Flammarion, 2009.

à corrida colonial como à situação geopolítica na Europa; suas rotas chegaram quase a colidir ao ponto de deflagrar uma guerra entre os dois países. Tudo se complicou depois da ocupação britânica do Egito em 1882. A partir de 1884, França e Inglaterra empenharam-se numa crescente corrida naval, que do lado britânico estava associada à possível perda da sua linha mediterrânea de comunicações e aos receios de uma invasão francesa pelo Canal da Mancha. Ainda mais persistentes e ameaçadores eram os frequentes choques coloniais, em relação ao Congo em 1884-1885 e em relação à África Ocidental durante as décadas de 1880 e 1890.

Em 1893, os dois países pareciam estar à beira da guerra pelo Sião (Tailândia). A crise mais grave ocorreu em 1898, quando a rivalidade de dezesseis anos sobre o controle do vale do Nilo chegou ao auge no confronto entre o exército de inglês de Kitchener e a pequena expedição francesa de Marchand, em Fashoda. No mesmo ano, a resistência nativa africana no Golfo da Guiné chegava ao seu fim com a derrota do *almamy* Samori, que levantara “um formidável *tata*, a que deu o nome de *Boribana* (acabou a fuga). Os franceses aplicaram um novo método para exterminar esse inimigo irredutível; daí por diante, na estação das chuvas, nada de pausas que permitissem ao *almamy* refazer suas forças. Além disso, para o reduzir à fome aplicou-se à sua volta o método da terra queimada... Certos *sofas* começaram a desertar. Mas a maior parte deles rodearam-no com fidelidade, mais do que nunca”.^{xxiii} Samori foi capturado em setembro de 1898: condenado e encerrado em uma prisão longínqua, morreu dois anos depois.

No extremo Sul da África, na região do Cabo, o interesse inglês era pela posição estratégica que permitia as comunicações oceânicas com a Índia. O imperialismo britânico estimulou os ingleses de Transvaal a exigir direitos políticos especiais. O avanço inglês no Sul da África concluiu com dois confrontos armados na África do Sul, que opuseram os colonos de origem holandesa e francesa, os *bôers*, ao exército britânico, que pretendia se apoderar das minas de diamante e ouro recentemente encontradas no território. Os *bôers* estavam sob o domínio britânico, com a promessa de futuro autogoverno.^{xxiv} Esta situação

^{xxiii} Joseph Ki-Zerbo. *História da África Negra*. Lisboa, Europa-América, 1991.

^{xxiv} A conquista inglesa do Cabo, colonizado inicialmente pelos holandeses, remontava à bem-sucedida expedição do Almirante Pophan, em inícios do século XIX. A vitória inglesa fez de Pophan um herói nacional, o que o levou a conceber a possibilidade de substituir Espanha no controle de suas posses americanas. Por razões de proximidade, tentou a empresa a partir do Vice-Reinado do Prata, o mais próximo do Cabo, invadindo Buenos Aires em 1806. A resistência da população local fez fracassar essa primeira tentativa, que foi repetida, com um efetivo militar oito vezes superior, no ano sucessivo, colhendo um novo fracasso, desta vez mais fragoroso, que produziu uma grave crise política no Parlamento inglês. A derrota das “invasões inglesas” de 1806-1807 foi considerada determinante na consolidação de uma primeira consciência nacional argentina; o país foi um dos baluartes das revoluções pela independência das colônias da

degenerou numa dura luta entre as duas partes no período compreendido entre 1877 e 1881, em que as tropas inglesas foram batidas pelas do presidente bôer Paulus Kruger. A primeira “Guerra dos Bôers” foi travada entre 1880 e 1881: a vitória dos colonos garantiu a independência da república bôer do Transvaal. Foi negociada a Convenção de Pretória, revista em 1884, que reconheceu a autonomia ao Transvaal, conservando os ingleses direitos em matéria de política externa. A trégua não durou muito. A descoberta de minas de diamantes e de ouro levou o Reino Unido a mudar de estratégia, devido aos novos interesses econômicos da região. Os ingleses renunciaram à política de celebrar tratados com os indígenas e procederam à anexação de novos territórios. Esta atitude veio ao encontro das ideias de Rhodes, que mais tarde desempenhou o cargo de primeiro-ministro do Cabo. A belicosidade dos bôers aumentava.

Em 1895, da costa atlântica até a costa oriental, toda a África austral encontrava-se controlada pela Inglaterra, à exceção das duas repúblicas bôers: a República da África do Sul (Transvaal), surgida em 1853, e a República do Estado Livre de Orange, reconhecida pelo Reino Unido em 1852. Depois do reconhecimento da independência bôer, a situação no território tinha ficado comprometida. A crise econômica agravou-se pela divisão do país em duas unidades políticas opostas (repúblicas bôers e colônias inglesas). Os problemas multiplicaram-se com a chegada de trabalhadores indianos e chineses, imigrantes recrutados para as minas do Transvaal. Nos anos que se seguiram, teve lugar um longo duelo político entre o líder bôer Paulus Kruger e o colonialista britânico Rhodes, com fortes ameaças recíprocas. O que esteve na origem da “segunda guerra dos bôers” foi o ultimato dado aos ingleses por Kruger, exigindo a dispersão das tropas britânicas que se encontravam ao longo das fronteiras das repúblicas bôers. Assim, a era das guerras do século XX teve início na África. Em outubro de 1899, o aumento da pressão militar e política britânica incitou o presidente do Transvaal, Paulus Kruger, a dar um ultimato exigindo garantia da independência da república e cessação da crescente presença militar britânica nas colônias do Cabo e de Natal.

O ultimato não foi tido em conta pelos ingleses, e o Transvaal declarou guerra ao Reino Unido, tendo por aliado a República de Orange, dando início à guerra. O conflito teve início a 12 de outubro de 1899 e terminou a 31 de maio de 1902, com a deposição do presidente do Transvaal. Os britânicos tinham mobilizado quase 500 mil soldados brancos de todo o império, auxiliados por cerca de 100 mil trabalhadores não brancos. 45 mil pessoas perderam a vida na África do Sul em consequência da guerra, e mais de 100 mil mulheres e crianças foram internadas em “campos de concentração” britânicos em condições deploráveis.

América espanhola, incididas em 1810. Inglaterra, por sua vez, renunciou a todo projeto de uma colonização abrangente das Américas ibéricas, limitando-se a posses insulares no Caribe, na América Central (Belize) e no Atlântico Sul (as ilhas Malvinas, ocupadas por Inglaterra em 1833).

20% dos internados morreram, de modo por vezes horrível. Lorde Kitchener, o comandante militar inglês, além disso, incendiou indiscriminadamente fazendas de africanos e de bôers. A política de terra arrasada das autoridades coloniais chegou a provocar protestos de rua na própria metrópole britânica. Nos termos do Tratado de Paz, as duas repúblicas bôers regressaram à sua condição de colônias britânicas. O rei Eduardo VII foi reconhecido como seu soberano legítimo. Estava deste modo selada a unificação política (colonial) da África do Sul: a vitória militar inglesa levou à criação da União Sul-Africana através da anexação das repúblicas bôers do Transvaal e do Estado Livre de Orange às colônias britânicas do Cabo e de Natal.

A guerra de 1899-1902 foi a expressão da crise da “corrida colonial”, do fato que esta tinha atingido os limites de seu desenvolvimento “pacífico” (entre as potências, e entre estas e os colonos). No que diz respeito às populações nativas, essa corrida nunca foi “pacífica”: a devastação da população do mundo colonial combinou a violência direta com a indireta - a dizimação populacional como resultado da depreciação espetacular das condições de vida -, o que levou Mike Davis a se perguntar pela razão pela qual, no século em que a fome desapareceu para sempre da Europa ocidental, ela “aumentou de forma tão devastadora em grande parte do mundo colonial? Do mesmo modo, como pesamos as presunçosas afirmações sobre os benefícios vitais do transporte a vapor e dos modernos mercados de grãos, quando tantos milhões, sobretudo na Índia britânica, morreram ao lado dos trilhos das ferrovias ou nos degraus dos depósitos de grãos? E como explicamos, no caso da China, o drástico declínio na capacidade do Estado de proporcionar assistência social popular, em especial no socorro à fome, que pareceu seguir a passo travado a forçada abertura do império para a modernidade pela Grã-Bretanha e as outras potências...

“Não estamos tratando de terras de fome paradas nas águas estagnadas da história mundial, mas do destino da humanidade tropical no exato momento (1870-1914) em que sua mão de obra e seus produtos eram dinamicamente recrutados para uma economia mundial centralizada em Londres. Milhões morreram, não fora do sistema mundial moderno, mas exatamente no processo de violenta incorporação nas estruturas econômicas e políticas desse sistema. Morreram na idade de ouro do capitalismo liberal; na verdade, muitos foram assassinados pela aplicação teológica dos princípios sagrados de Smith, Bentham e Mill”.

Como vimos, a conquista colonial teve em considerações de “superioridade civilizacional” seu principal alicerce ideológico, e produziu vítimas em dimensões só comparáveis com a dizimação das populações ameríndias nos séculos XVI e XVII: “Cada seca global foi o sinal verde para uma corrida imperialista pela terra. Se a seca sul-africana de 1877, por exemplo, foi a oportunidade de Carnarvon para atacar a independência zulu, a fome etíope de 1889-91 foi o aval de Crispi para construir um novo Império Romano no Chifre da África. Também a Alemanha guilhermina explorou as inundações e a seca que

devastaram Shandong no final da década de 1890 para expandir agressivamente sua esfera de influência no norte da China, enquanto os Estados Unidos, ao mesmo tempo, usaram a fome e a doença causadas pela seca como armas para esmagar a República das Filipinas de Aguinaldo. Mas as populações agrícolas de Ásia, África e América do Sul não entraram tranquilamente na nova Ordem Imperial. As fomes são guerras pelo direito de existência.



Vítimas de fome na Índia no final do século XIX

“Embora a resistência à fome na década de 1870 (à parte o sul da África) fosse esmagadoramente local e turbulenta, com poucos casos de organização insurrecional mais ambiciosa, sem a menor dúvida teve muito a ver com as recentes lembranças do terror de estado da repressão do Motim Indiano e da Revolução de Taiping. A década de 1890 foi uma história inteiramente diferente, e os historiadores modernos têm estabelecido com muita clareza a contribuição da seca/fome na Rebelião dos Boxers, no movimento coreano de Tonghak, na sublevação do Extremismo Indiano e na Guerra de Canudos brasileira, além de inúmeras revoltas no leste e no sul da África. Os movimentos milenaristas que varreram o futuro ‘Terceiro Mundo’ em fins do século XIX extraíram grande parte de sua ferocidade escatológica da agudeza dessas crises de subsistência e ambientais”.^{xxv}

Desprovida de qualquer veleidade “pacifista”, a corrida colonial continuou no século XX. Em 1912, os franceses obrigaram o sultão de Marrocos a assinar o Tratado de Fez, tornando-o outro protetorado africano das potências europeias. As colônias e posses francesas compreendiam Argélia, Tunísia, a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, a Costa dos Somalis e Madagascar. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, a recolonização do continente africano era quase completa. Por volta de 1914, a Bélgica, a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Itália, a Espanha e a Turquia tinham dividido entre si a quase totalidade do território africano. No início da Primeira Guerra Mundial, 90% das terras africanas estavam sob domínio da Europa. O imperialismo capitalista demorou em ser visto a partir do ângulo de suas vítimas, os povos coloniais, em especial na África. Os números da colonização não expressam cabalmente sua realidade humana. A partilha da África teve características inéditas na era do

^{xxv} Mike Davis. *Holocaustos Coloniais*. Clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro, Record, 2002 .

capital monopolista, quando serviu aos objetivos da expansão econômica dos monopólios industriais e financeiros antes que à expansão política dos Estados colonialistas, embora a incluísse como seu instrumento.

Qual foi a atitude dos socialistas a respeito? Em 1902, no mesmo ano da publicação do ensaio inicialmente citado de Hobson, durante a guerra que opôs a Grã-Bretanha aos colonos holandeses na África do Sul, foi publicado um manifesto da corrente trabalhista inglesa conhecida como “fabiana” (denominação derivada de *Fabian Society*) que afirmava que o conflito era uma questão “que o socialismo não poderia resolver, e que não lhe dizia respeito”. A guerra, calculada para não se estender além do Natal de 1899, foi, ao contrário dessas expectativas, a mais longa (quase três anos de duração, concluindo em 1902), mais custosa (mais de 200 milhões de libras esterlinas) e mortífera (22 mil soldados britânicos, 25 mil “bôers” – colonos holandeses – e 12 mil nativos africanos) e “mais humilhante” guerra que Inglaterra combateu entre 1815 e 1914, o “século britânico”.^{xxvi}

A guerra sulafricana marcou com sangue e horror uma mudança de época: o nascimento no decorrer dela da nobre instituição do “campo de concentração” (expressão cunhada pelas forças inglesas), onde morreram 32 mil pessoas, incluídos velhos, mulheres e crianças, simbolizou isso. Durante a guerra, George Bernard Shaw, socialista fabiano de destaque, publicou uma brochura, *Fabianism and the Empire*, na qual justificava o imperialismo inglês, apoiando-se no argumento de que as nações “adiantadas” tinham o direito e o dever de conquistar e submeter os povos atrasados em nome do progresso *destes*. Na literatura inglesa, como vimos, Rudyard Kipling lhe fazia eco, ao mesmo tempo em que, publicado no mesmo ano de 1902, o romance *O Coração das Trevas*, de Joseph Conrad,^{xxvii} mergulhava no abismo humano de colonizadores e colonizados, em um texto que virou um cânone da literatura universal. [Continua]

Oswaldo Coggiola

BOLETIM CLASSISTA

Conselho de Redação: Cristiana de Vasconcelos Lopes – Carlos Sanches – David Lucius – Edgar Azevedo – José Menezes Gomes – José Alberto Bandeira Ramos – Michel Goulart Silva – Marly Viana – Claudio Maia – Ana Lucia Gomes Muniz – Fernando Camargo – Paulo Sergio Ribeiro de Pinho – Janete Luzia Leite – David Maciel – Tito Fagundes – Iná Camargo Costa – Edneila Chaves – Rosana de Moraes – Gustavo Morélia – Hernan Gurian – Frederico Falção (*In Memoriam*) – André Bof – Evandro Maia – Alexandre Donas – Antônio Bosi – Carlos Borba – Daniel Costa – Santiago Marimbondo – Marcos Assis – Juca Lima – Carlos Bauer

e-mail: boletimclassista@gmail.com

blog: <https://bclassista.blogspot.com/>

^{xxvi} Thomas Pakenham. *The Boer War*. Londres, Widenfeld & Nicolson, 1979.

^{xxvii} Publicado inicialmente em 1899, como folhetim por entregas, no *Blackwood's Magazine*.